

[Artigos Originais]

Habilidades, Emprego e Salários de Graduados da Educação Superior no Brasil*

André Vieira¹

¹Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

✉ E-mail: andrevieira@id.uff.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6699-2044>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.368>

Banco de dados: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/AEWW0>



*Este estudo representa um novo desdobramento de um programa de pesquisa sobre os resultados dos graduados no mercado de trabalho no Brasil. Dando continuidade a esta agenda, que foi desenvolvida em trabalhos precedentes (Vieira, 2021; Vieira, 2023), a nossa análise se volta agora para a associação entre as habilidades desenvolvidas na educação superior e o destino ocupacional dos graduados. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Habilidades, Emprego e Salários de Graduados da Educação Superior no Brasil

As diferenças de habilidades entre graduados compõem a explicação chave das abordagens meritocráticas para os resultados desiguais observados no mercado de trabalho. Neste estudo, utilizamos dados do Enade (2009-2011) e da Rais (2013-2015) para analisar em que medida dimensões qualitativas da educação superior, incluindo a qualidade da formação, têm capacidades distintas de estruturar o emprego formal e os salários quatro anos após a graduação. O principal resultado indica a relevância das habilidades mensuradas para o destino ocupacional dos graduados, mas também que a dicotomia entre o emprego formal-informal não se aplica aos estratos superiores da força de trabalho: os graduados com origem social privilegiada e elevada qualificação profissional em áreas tecnicamente intensivas tendem a permanecer fora do emprego formal após a graduação, o que parece agravado por condições de deterioração do emprego em ocupações de nível superior. Embora as habilidades importem para a transição entre educação superior e mercado de trabalho, encontramos evidências de persistência de processos de reprodução social e fechamento social por diploma.

Palavras-chave: estratificação horizontal; educação superior; desigualdade; mercado de trabalho; transição escola-trabalho

Abstract

Skills, Employment and Wages of Higher Education Graduates in Brazil

Differences in skills among graduates form the key explanation of meritocratic approaches to the unequal results observed in the labor market. In this study, we use data from Enade (2009-2011) and Rais (2013-2015) to analyze to what extent qualitative dimensions of higher education, including training quality, can structure formal employment and wages four years after graduation. The main result indicates the significance of the skills measured for the occupational destination of graduates, but also that the dichotomy between formal-informal employment does not seem to apply to the upper strata of the workforce: graduates with a privileged social background and high professional qualification in technically intensive areas tend to remain out of formal employment after graduation, which seems to be aggravated by deteriorating employment conditions in occupations that require higher education. Although skills matter for the transition between higher education and the labor market, we found evidence of the persistence of processes of social reproduction and social closure by diploma.

Keywords: horizontal stratification; higher education; inequality; job market; school-work transition

Résumé

Compétences, Emploi et Salaires des Diplômés de l'Enseignement Supérieur au Brésil

différences de compétences entre les diplômés constituent l'explication clé des approches méritocratiques aux résultats inégaux observés sur le marché du travail. Dans cette étude, nous utilisons les données d'Enade (2009-2011) et de Rais (2013-2015) pour analyser dans quelle mesure les dimensions qualitatives de l'enseignement supérieur, y compris la qualité de la formation, ont une capacité distinctes de structurer l'emploi formel et les salaires quatre ans après l'obtention du diplôme. Le principal résultat indique la pertinence des compétences mesurées pour la destination professionnelle des diplômés, mais aussi que la dichotomie entre l'emploi formel et informel ne s'applique pas aux couches supérieures de la population active : Les diplômés d'origine sociale privilégiée et de haute qualification professionnelle dans les domaines techniquement intensifs ont tendance à rester en dehors de l'emploi formel après l'obtention de leur diplôme, ce qui semble aggravé par des conditions de détérioration de l'emploi dans les professions de niveau supérieur. Bien que les compétences importent pour la transition entre l'enseignement supérieur et le marché du travail, nous avons trouvé des preuves de la persistance des processus de reproduction sociale et de fermeture sociale par diplôme.

Mots clés: stratification horizontale; enseignement supérieur; inégalité; marché du travail; transition école-travail

Resumen

Competencias, Empleo y Salarios de los Titulados Superiores en Brasil

Las diferencias de competencias entre los titulados constituyen la explicación clave de los enfoques meritocráticos para los resultados desiguales observados en el mercado laboral. En este estudio, utilizamos datos de Enade (2009-2011) y Rais (2013-2015) para analizar en qué medida las dimensiones cualitativas de la educación superior, incluida la calidad de la formación, tienen diferentes capacidades para estructurar el empleo formal y los salarios cuatro años después de la graduación. El principal resultado indica la pertinencia de las competencias medidas para el destino profesional de los titulados, pero también que la dicotomía entre empleo formal e informal no se aplica a los estratos superiores de la población activa: los titulados procedentes de medios sociales privilegiados con altas cualificaciones profesionales en ámbitos técnicamente intensivos tienden a permanecer fuera del empleo formal tras su titulación, lo que parece agravarse

por las condiciones de deterioro del empleo en las ocupaciones de nivel superior. Aunque las competencias son importantes para la transición entre la enseñanza superior y el mercado laboral, encontramos pruebas de la persistencia de procesos de reproducción social y de cierre social a través de los diplomas.

Palabras-clave: estratificación horizontal; educación superior; desigualdad; mercado laboral; transición escuela-trabajo

Introdução

A realização da educação superior desempenha um papel fundamental nas modernas sociedades de conhecimento. O aumento da demanda por trabalhadores mais escolarizados em um contexto de crescente competição tem feito com que a distribuição de recompensas socialmente desejadas dependa cada vez mais das habilidades da força de trabalho (Goldin, Katz, 2008). A educação superior é ainda mais decisiva em países de elevada desigualdade educacional, atuando como proteção contra a piora das condições de vida em períodos de recessão econômica. No Brasil, a vantagem salarial média de quem tem um diploma de graduação não é apenas maior do que a de seus pares nos países desenvolvidos (IBGE, 2018), como vem aumentando desde 2014, tornando mais evidente a importância do diploma como motor, a um só tempo, de desigualdade e mobilidade entre classes (Menezes Filho, 2022).

Os benefícios oriundos de um diploma de graduação, como farta evidência tem demonstrado, não são auferidos igualmente pelos diferentes grupos sociais e segmentos do sistema de educação superior (Gerber, Cheung, 2008). Acompanhando, em linhas gerais, estudos de outros países, também no Brasil, egressos de áreas consideradas tecnicamente intensivas ou tradicionalmente fechadas socialmente estão entre aqueles que são melhor remunerados no mercado de trabalho (e.g. Reis, Machado, 2016; Ribeiro, Schlegel, 2015). Esse tipo de disparidade “qualitativa” entre graduados é reforçado por características próprias do sistema brasileiro: a desigualdade nas oportunidades de conclusão dos cursos tem impactos bem documentados no acesso às diferentes carreiras e posições no mercado de trabalho (Salata, 2018; Carvalhaes, Ribeiro, 2019; Knop, Collares, 2019; Ribeiro, Schlegel, 2015).

Entretanto, no que pesem os avanços observados nessa literatura, poucos estudos buscaram avaliar empiricamente os mecanismos subjacentes aos vários retornos econômicos ao diploma. Abordagens teóricas de orientação meritocrática (como as teorias do capital humano ou da sinalização) argumentam que diferenças, objetivas ou percebidas, na distribuição de habilidades comercializáveis compõem explicação chave das variações observadas nos resultados entre graduados. As evidências disponíveis têm respaldado parcialmente essas hipóteses,¹ em particular para salários, tipo de retorno analisado com mais frequência (Bacalhau, Mattos, Ponczek, 2019; Bol, Heisig, 2021). Por outro lado, ainda há muito a avançar sobre como as dimensões qualitativas da educação superior

(incluindo curso, instituição, qualidade do ensino etc.) interagem com fatores do mercado de trabalho para afetar a inserção profissional dos egressos do sistema.

Essa questão é tanto mais importante quando consideramos especificidades do contexto brasileiro. Ainda que a sobreeducação, isto é, quando se ocupam postos de emprego que não requerem a sua escolaridade, ou distorções alocativas de graduados no mercado de trabalho sejam questões em debate em diferentes economias (Paul, 2015; Suleman, 2018), o problema ganha novos contornos em um país em que um quarto dos trabalhadores com educação superior está desocupado ou fora da força de trabalho (Ribeiro et al., 2021). O quadro de deterioração da atividade econômica observado durante o período de recessão econômica de 2014 a 2016 e, mais recentemente, com a crise da pandemia, tem fragilizado ainda mais o mercado de trabalho para novos graduados, em particular os mais jovens (Gerbelli, 2019; Lima, Gerbelli, 2020; Gavras, Vieceli, 2022). Nesse contexto, é imprescindível entender a influência que atributos qualitativos da formação superior exercem sobre a entrada dos graduados no emprego formal, sobretudo em situações econômicas adversas. Quando menos, porque é no emprego formal que prevalecem condições de maior seguridade e proteção social, e menor vulnerabilidade (Nogueira, Carvalho, 2021).

Este artigo busca preencher a lacuna acima, investigando a relação entre habilidades, emprego formal e salário entre graduados de diferentes áreas de estudos e instituições de educação superior no Brasil. Utilizamos os dados de três coortes de concluintes que realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) (2009 a 2011) e de sua situação empregatícia quatro anos após a graduação, conforme constante da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (2013 a 2015). Considerando estudos anteriores, analisamos em que medida os padrões encontrados se coadunam com aqueles antecipados pela literatura: habilidades gerais permitindo aos graduados navegarem por um leque maior de oportunidades de emprego, enquanto aquelas específicas à carreira garantiriam vantagens entre egressos de áreas tecnicamente intensivas (e.g. Saúde e Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Além disso, nos perguntamos como essas relações podem sofrer a interferência das situações econômicas adversas encontradas pelos egressos no período analisado.

Revisão da literatura

Mecanismos explicativos dos retornos ao diploma de graduação

A relação entre educação e trabalho, problema clássico dos estudos sobre estratificação social, tem sido amplamente discutida e documentada pela literatura sociológica e econômica (e.g. Card, 1999; Katz, Autor, 1999). Além de registrar as diferentes formas como trabalhadores altamente escolarizados alcançam as posições do topo da estrutura ocupacional, esses estudos têm avançado em análises abrangendo um amplo conjunto de resultados dos graduados no mundo do trabalho, incluindo renda e *status* ocupacional do primeiro emprego (Breen, Hannan, O’Leary, 1995), ocorrência de períodos de desemprego no início da carreira (Shavit, Muller, 2000) e retornos salariais em carreiras equivalentes ou não aos cursos (Maciente et al., 2015).

A expansão dos sistemas de educação superior e a sua crescente diferenciação interna têm estimulado estudos que busquem explicar não apenas as diferenças “verticais” entre níveis de escolaridade, mas também aquelas de natureza “horizontal”, isto é, entre graduados. Assim, a ocorrência ou prevalência de diferentes mecanismos que expliquem por que se recompensa (em sentido amplo) um diploma de graduação tem sido tratada de acordo com diferentes abordagens teóricas (cf. Bol, Van de Werfhorst, 2011).

Ainda que conte com contribuições importantes advindas da produção sociológica (Goldthorpe, 2014; Bills, 2003), essa literatura tem se favorecido sobretudo de modelos analíticos propostos por economistas, que oferecem abordagens parcimoniosas para descrever as características básicas da ligação entre educação e resultados ocupacionais (Barone, Schindler, 2014). Esses diferentes modelos podem ser organizados em três propostas teóricas concorrentes: (i) educação como habilidades produtivas, (ii) educação como bem posicional e (iii) educação como mecanismo de fechamento social (cf. Van de Werfhorst, 2011).

A abordagem de habilidades produtivas, que tem a sua origem na teoria do capital humano (Becker, 2009), afirma que a educação fornece aos indivíduos competências que aumentam a produtividade e são diretamente aplicadas no mercado de trabalho. O modelo também traz um pressuposto sobre escolhas e preferências individuais: os indivíduos agem racional-

mente ao investirem em capital humano para aumentar a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, os seus retornos econômicos, incluindo *status* ocupacional e salários. A partir dessa perspectiva teórica, deve-se esperar que graduados que adquirem um volume maior de habilidades promotoras de produtividade obtêm vantagens tanto na entrada no mercado de trabalho, quanto ao longo da sua carreira.

A abordagem da educação como bem posicional, por outro lado, argumenta que a educação exerce sobretudo a função de sinalizar produtividade futura, ou custos menores de treinamento, e não de entrega efetiva de habilidades produtivas. Uma vez que a produtividade dos potenciais empregados não pode ser observada diretamente antes da sua entrada no mercado de trabalho (Spence, 1973), os empregadores precisam confiar em características observáveis, como motivações e diploma, no momento de decidir pela contratação. Como formulado pela teoria das filas de trabalho (Thurow, 1975), os indivíduos mais “treináveis” para as vagas são posicionados à frente da fila pelos empregadores, justificando, assim, o valor “posicional” da educação.

De acordo com essa abordagem, a sinalização é especialmente importante no início da carreira profissional dos trabalhadores, favorecendo os graduados que emitem os sinais mais compatíveis com as vagas em aberto. Como indica a literatura sobre desigualdades “horizontais” na relação entre educação superior e trabalho, a sinalização de habilidades específicas para a carreira tende a ser maior naquelas que demandam custos maiores de treinamento – das quais as áreas de Saúde, Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) e outras consideradas tecnicamente intensivas são os exemplos canônicos (Jacob, Klein, 2019; Barone, Schindler, 2014).²

Divergindo das abordagens acima, os teóricos do fechamento social (Collins, 1979; Parkin, 1979) argumentam que a educação exerce uma função de legitimação de inclusão ou exclusão social, mais que de aumento de produtividade ou de sinalização de custos menores de treinamento no trabalho. Na medida em que os mecanismos de fechamento criam restrições artificiais na oferta tanto de graduados quanto de vagas de trabalho de retorno elevado, os efeitos da educação sobre a realização ocupacional podem ser atribuídos ao acesso regulado a certas ocupações. Assim, o fechamento opera de duas formas básicas: (1) por diploma, quando processos de credenciamento e regulação ocupacional restringem o acesso a ocupações para detentores de qualificações específicas (Rodrigues,

2023); e (2) por redes, quando os empregadores têm pouca confiança no valor informacional das credenciais educacionais e preferem basear-se nas ligações institucionais entre as escolas e as suas organizações, para obterem as informações dos egressos que considerem fidedignas.

Estudos anteriores buscaram mensurar a importância de indicadores de produtividade e sinalização dos graduados no mundo do trabalho, utilizando informações sobre área de estudo ou desempenho em testes padronizados como possíveis *proxies* desses mecanismos (Argentin, 2010; Di Stasio, 2014; Bol, Heisig, 2021). Apesar das dificuldades inerentes à mensuração de um construto multidimensional como o de habilidades, a literatura tem indicado a importância tanto de habilidades gerais ou genéricas (e.g, literacia e numeracia) quanto de habilidades específicas às carreiras universitárias para os resultados econômicos dos graduados:³ por um lado, conhecimentos específicos de tipo técnico ou econômico (Van de Werfhorst, Kraaykamp, 2001) e habilidades práticas de trabalho (Bol, Heisig, 2021) estão associados a rendimentos maiores, especialmente em carreiras com grau elevado de especificidade ocupacional;⁴ por outro, as habilidades cognitivas gerais, que também são demandadas explicitamente pelas firmas aos que lhes postulam emprego, tendem a oferecer o acesso a um leque mais amplo de oportunidades de trabalho, principalmente nas áreas que mobilizam conhecimentos culturais e sociais e tendem a estar menos conectadas a ocupações específicas (Roksa, Levey, 2010).

As evidências nesse sentido são menos conclusivas no Brasil, entre outras razões, pela disponibilidade limitada de dados que combinem mensurações de habilidades dos graduados e informações sobre o trabalho que exercem (Braga et al., 2022; Vieira, Honorato, Rodrigues, 2022). A junção dos dados do Enade e Rais, realizada para este artigo, oferece uma oportunidade incomum para esse tipo de exercício. Por exemplo, além de conhecimentos específicos dos cursos, o Enade examina a formação geral dos estudantes, com conteúdo comum ao universo de cursos avaliados. Esse componente do teste inclui algumas das competências genéricas consideradas “transferíveis” entre diferentes situações ocupacionais ou atividades (Bridgstock, 2009), como leitura e interpretação de textos, análise e crítica de informações e argumentação coerente. Ainda que a avaliação apresente limitações, discutidas adiante, tem permitido avanços no entendimento do papel que a qualidade dos cursos desempenha sobre as desigualdades entre graduados (e.g. Caseiro, Maciente, 2019; Bacalhau, Mattos, Ponczek, 2019).

Além dos trabalhos sobre habilidades ou o caráter posicional dos diplomas, estudiosos da sociologia da educação e das profissões no Brasil têm buscando entender em que medida mecanismos de fechamento social operam nas diversas carreiras, sobretudo, nos cursos tradicionalmente de elite, como Medicina, Engenharias e Direito. Esses estudos discutem a posição de prestígio de que gozam esses cursos chamados “imperiais”, seja pela seletividade no acesso e conclusão dos cursos, seja pelo controle que os grupos profissionais exercem sobre a oferta de vagas de trabalho para os egressos (Vargas, 2008; Martins, Machado, 2018). Vargas (2010) argumenta que essas carreiras combinam não apenas valor simbólico e econômico na construção da sua posição de prestígio, mas também recorrem a monopólios profissionais, que garantem privilégios na estrutura ocupacional e tem a sua contraface em termos de desníveis salariais acentuados no mercado (Bastos, 2004; Vargas, 2010). Além disso, há evidências de que as universidades públicas, em particular, adicionam mecanismos adicionais de fechamento às áreas imperiais, como se atesta, por exemplo, pela distribuição dos discentes por turno dos cursos (Prates, Barbosa, 2015).

As abordagens teóricas acima, inicialmente pensadas com referência a diferenças “verticais” de escolaridade, podem ser adaptadas para captar mecanismos complementares de ligação entre diferenças qualitativas da educação superior, como cursos e instituições, e o mundo do trabalho (Barone, Schindler, 2014). Assim, as áreas de estudo podem ser entendidas como um primeiro filtro de seleção para o emprego, a partir dos quais os empregadores recorrem a critérios adicionais para captar diferenças mais sutis entre os candidatos, como habilidades, motivações e atitudes, que têm mais espaço à medida que se tornam necessários para garantir os candidatos mais apropriados para as vagas. Nesse caso, que ocorre tipicamente em posições para as quais há dificuldades na oferta de mão de obra com formação correspondente, é comum que aumentem os salários oferecidos como estratégia para preencher a vaga (Barone, Schindler, 2014).

Entretanto, entendemos que a importância da educação superior para os resultados no mercado de trabalho é condicionada tanto pela estrutura de oferta de cursos de graduação quanto pelas condições de demanda encontradas para a carreira profissional almejada pelos graduados (Bouadjieva, Iliev-Trichkova, 2015). Por essa razão, buscamos articular na próxima seção as teorias apresentadas acima com uma breve exposição das dinâmicas próprias da educação superior e do trabalho dos graduados no Brasil, as quais informarão as nossas hipóteses de pesquisa.

Desigualdades horizontais na educação superior e o mercado de trabalho de graduados no Brasil

Apesar da diminuição substancial da desigualdade na entrada na educação superior, diversos estudos têm apontado para o incremento de esterificação horizontal ao longo da última década (Carvalhoes, Ribeiro, 2019; Knop, Collares, 2019). Embora essas desigualdades se manifestem de diferentes maneiras (incluindo setor da IES, qualidade do ensino, turno do curso etc.), interessa-nos sobretudo aquelas que se referem à conclusão da educação superior nos diferentes tipos de instituição e carreiras da educação superior, dimensões essas crescentemente analisadas na literatura sociológica (Gerber, Cheung, 2008).

A nossa análise é beneficiária dos estudos que têm se voltado para a crescente diferenciação qualitativa da educação superior – sobretudo em sistemas em expansão, como o brasileiro –, para entender o papel dessas diferenças na alocação dos indivíduos no mercado de trabalho e a transição para a vida adulta. Um número crescente de pesquisas tem documentado variações em diversos resultados ocupacionais entre as áreas de estudo, incluindo desde situação de trabalho no início da carreira até status ocupacional no longo prazo após a graduação (e.g. Roksa, Levey, 2010; Hastings, Neilson, Zimmerman, 2013; Altonji, Kahn, Speer, 2014; Arum, Roksa, 2014). No Brasil, estudos com base no Censo Demográfico e Rais acompanham em grande medida essa literatura, demonstrando que os diplomados das áreas “imperiais”, sobretudo Medicina e Engenharias, possuem rendimentos superiores aos daqueles de áreas tradicionalmente menos remuneradas, como Educação e Humanidades (Fernandes, Narita, 2001; Reis, Machado, 2016; Ribeiro, Schlegel, 2015; Maciente et al., 2015).

Embora os trabalhadores com educação superior, sobretudo nas áreas mais disputadas, gozem, em comparação com os demais, de vantagens no acesso a postos de trabalho mais seguros, protegidos e estáveis, como prevalece no emprego formal, a demanda por trabalho pode não absorver igualmente todos os graduados, como se tem verificado em diferentes contextos (Reimer, Noelke, Kucel, 2008). Em particular, variações no nível de atividade econômica podem abater diferentemente carreiras distintas e grupos específicos de egressos, como mulheres e negros, que sofrem mais pesadamente os efeitos do desaquecimento sobre a sua inserção no mercado de trabalho (Zuccarelli, 2021; Reis, Machado, 2016).

No Brasil, o quadro do mercado de trabalho para graduados impõe desafios particulares. Apesar de apresentar uma taxa de desemprego inferior à dos demais trabalhadores, mais de um terço dos indivíduos com educação superior estão sobreeducados, percentual que alcançou cerca de 40% entre os mais jovens, de 22 a 25 anos, em 2020 (Lima, Gerbelli, 2020). A fragilidade econômica do mercado de trabalho para novos graduados vem se agravando desde 2014, quando começou o período de recessão econômica que perdurou até 2016. Com a crise do mercado de trabalho e sem espaço no setor privado, muitos brasileiros partiram para o trabalho por conta própria e para a informalidade – padrão que voltou a ocorrer no contexto da pandemia (Gavras, Vieceli, 2022). Entre os mais jovens, é particularmente incidente o fenômeno daqueles diplomados que estão desocupados e “desinteressados” em participar do mercado de trabalho, grupo que representou 16,5% do universo de graduados em 2015 (Ribeiro et al., 2021).

Uma vez que o valor relativo dos diplomas dos diferentes cursos de graduação varia de acordo com o estado do ciclo econômico, importa retomar, para além dos dados agregados sumarizados acima, as evidências sobre carreiras e setores específicos. Há evidências de que algumas profissões passaram por aumento da demanda mais rápido que da oferta no período de 2000 a 2010, sendo este o caso dos profissionais de Medicina, Odontologia, Arquitetura, algumas Engenharias, Economia e Ciências Sociais (Menezes Filho, 2012; Neri, 2013). Análises específicas sobre os engenheiros e profissionais de tecnologia sugerem escassez desses profissionais nos anos 2000, principalmente em alguns setores mais intensivos no uso da força de trabalho desse grupo profissional (Nascimento, 2012). No período de recessão econômica de 2014 a 2016, os dois setores, construção e indústria, que lideraram as demissões foram aqueles que mais empregam, em termos relativos, graduados dessas áreas (Nascimento, Maciente, Pereira, 2013). Em relação aos médicos, vários estudiosos argumentam pela escassez de oferta no Brasil (e.g. Vieira, Servo, 2014), o que refletiria problemas na distribuição desses profissionais pelo território (Amaral, Pêg-Fernandes, Bibas., 2012).

A relação desigual entre oferta de graduados e a demanda por trabalho com formação equivalente tem sido analisada por estudos que focam casos de sobreeducação ou incompatibilidade entre graduados e ocupações. Essa literatura documenta perdas salariais para os graduados em ocupações não correspondentes à sua formação, principalmente em carreiras consideradas técnicas (Bol et al., 2019; Roksa, Levey, 2010). No

Brasil, há evidências de que os graduados dessas áreas de estudo estão entre aqueles que são mais penalizados por incompatibilidade com a ocupação em diferentes contextos, incluindo o Brasil (Maciente et al., 2015; Reis, Machado, 2016; Vaz, Vaz, 2019).

Tomando como referência a literatura pertinente e o quadro geral do mercado de trabalho dos graduados no Brasil, delineamos algumas hipóteses de pesquisa. Em um período de retração econômica, a demanda por mão de obra será menor e a competição por vagas disponíveis aumentará. Nessas condições, parece provável que aqueles formados em áreas menos intensivas tecnicamente encontrem mais dificuldades para encontrar emprego correspondente e em uma posição de alto status (Coleman, 1991). Alternativamente, graduados em cursos da área de Saúde ou CTEM podem ter menos oportunidades para navegar entre oportunidades de emprego, incluindo aquelas não correspondentes à sua formação. Assim, em períodos de recessão econômica, os diplomados com qualificações ou habilidades profissionais muito específicas podem sofrer um risco acrescido de desemprego ou podem ter de aceitar posições de estatuto profissional inferior (Reimer, Noelke, Kucel, 2008).

Assim, nesse tipo de cenário, podemos esperar que os graduados com alto nível de habilidades gerais consigam acessar um conjunto mais amplo de carreiras, não necessariamente correspondentes à sua formação, aumentando a probabilidade de estar empregado (*hipótese 1a*). Essa relação deve ser mais pronunciada em áreas menos penalizadas por distorções alocativas, como Humanidades, Educação e Ciências Sociais Aplicadas (*hipótese 1b*). Por outro lado, embora a disputa pelo emprego formal em um período de recessão também possa ser penosa para aqueles formados com um conjunto muito específico de habilidades profissionais, consideramos igualmente plausíveis as teses das abordagens de habilidades produtivas e sinalização, que preveem vantagens na competição pelo emprego para aqueles que possuam ou sinalizem domínio de habilidades específicas, sobretudo no início da carreira. Nesse caso, cabe testar empiricamente qual dessas duas hipóteses os dados que utilizamos indicam rejeitar.

Podemos derivar outro conjunto de hipóteses relativas aos salários dos graduados, condicionais a estarem formalmente empregados. Embora ambos os tipos de habilidades, gerais e específicas às carreiras, devam estar associados a salários médios maiores (*hipótese 2a*), pode-se esperar dois padrões distintos: uma vez que as áreas tecnicamente menos intensivas tendem a se valer de habilidades gerais para acessar postos

de trabalho melhor remunerados, tende a ser nelas que o domínio desse tipo de habilidade esteja associado com o maior aumento salarial; por seu turno, o domínio de habilidades específicas à carreira leva a salários maiores, sobretudo, entre os graduados empregados das áreas técnicas (*hipótese 2b*). Por último, referindo-se estritamente aos cursos das áreas “imperiais” (Medicina, Direito e Engenharia), caracterizadas por mecanismos de fechamento, esperamos que os egressos de IES públicas, tradicionalmente fechadas socialmente, tenham salários médios maiores do que os seus pares das instituições privadas (*hipótese 2c*).

Dados e métodos

Os dados utilizados neste artigo provêm do questionário do estudante e das informações de desempenho acadêmico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2009 a 2011 e dos registros administrativos do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) de 2013 a 2015. O Enade é uma avaliação nacional de desempenho de concluintes⁵ de cursos de bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia, que avalia as diferentes áreas de estudo de três em três anos (MEC, 2018). A Rais é um registro administrativo de periodicidade anual do mercado de trabalho formal brasileiro de preenchimento obrigatório por todos os estabelecimentos públicos e privados registrados formalmente no país. Para a análise deste artigo, utilizamos tabulações elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir das versões identificadas das respectivas bases de dados, que foram combinadas por meio de uma chave única de identificação dos indivíduos.

O Enade compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído em 2004, e é constituído por dois instrumentos de coleta de dados de caráter obrigatório: a prova e o questionário do estudante.⁶ A prova tem como objetivo:

aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Brasil, 2004; MEC, 2018).

A prova avalia dois componentes por meio de questões discursivas e de múltipla escolha: o componente de Formação Geral, comum aos cursos de todas as áreas, e um componente específico de cada área. Enquanto este último verifica o domínio de conhecimentos e de níveis diversificados de competências e habilidades para perfis profissionais específicos, o primeiro componente “considera a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive” (Inep, 2011), examinando em que medida o graduando compreende temas que transcendam ao seu ambiente próprio de formação e que sejam importantes para a realidade contemporânea.

Os microdados públicos dos estudantes inscritos no Enade disponibilizam, além do desempenho geral na prova, as notas individuais no componente de formação geral e específico. Assim, ao contarem com medidas diretas de habilidades – algo relativamente escasso mesmo na literatura internacional (Bol, Heisig, 2021) –, esses dados permitem que se investiguem, em linha com a literatura teórica e empírica discutida na seção anterior, em que medida o domínio de diferentes tipos de habilidades favorece (1) que os concluintes naveguem por entre ocupações com graus variados de correspondência com a sua formação e (2) que acessem ocupações com retornos salariais distintos.

A natureza dos dados utilizados impõe alguns limites que devem ser considerados. O Enade sofre de problemas relacionados a abrangência e consistência das informações de inscritos no exame, o que impede uma medida precisa da cobertura dos dados da avaliação em relação ao universo de concluintes da educação superior do país. De acordo com algumas críticas, problemas no desenvolvimento, seleção e uso de itens de teste implicam dificuldades na interpretação substantiva dos resultados: na ausência de parâmetros claros de qualidade ou níveis mínimos esperados de aprendizado, não se consegue afirmar o que os resultados da avaliação realmente significam (Schwartzman, 2005; OECD, 2018).

Os limites da Rais também são conhecidos. Como registro do mercado de trabalho formal, a base não abrange trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores informais, o que torna desaconselhável que os seus resultados sejam interpretados como válidos para o universo total dos trabalhadores brasileiros (Corseuil, Santos, 2002). Esta característica da base de dados da Rais impõe uma série

de limitações para a análise proposta, particularmente em um país onde o emprego assalariado formal respondia por pouco mais de dois terços dos trabalhadores com educação superior ocupados no Brasil em 2010 (período correspondente ao dos dados de emprego utilizados). Além disso, por ser um registro administrativo com informações prestadas pelos empregadores, seus dados devem ser interpretados com cautela devido a erros e omissões comuns a esse formato de banco de dados (Negri et al., 2001).

A amostra analítica deste estudo é composta de concluintes que atenderam a três condições. Primeiro, tinham até 34 anos no fim da graduação. Segundo, tinham menos de cinco anos de experiência de emprego formal em tempo integral no fim da graduação. Terceiro, os indivíduos que obtiveram uma pós-graduação entre o ano da graduação e o ano em que o emprego é mensurado foram excluídos da análise, já que não pertenciam mais ao grupo analisado e que a posse de um diploma de pós-graduação confundiria as estimativas de retorno à graduação. O primeiro filtro, que excluiu 14% das observações da amostra, foi adotado para mitigar o efeito da experiência em outras formas de trabalho não captadas nos dados da Rais e de dinâmicas de ciclo de vida presentes entre graduados com mais idade. Além disso, esse recorte etário permite relacionar os resultados com estudos anteriores sobre inserção profissional de graduados jovens no Brasil (Lameiras, Vasconcelos, 2018) e com parâmetros internacionais de empregabilidade, como o adotado pela União Europeia (Boyadjieva, Ilieva-Trichkova, 2015). Embora os estudantes com mais tempo no emprego sejam relevantes para outras propostas de estudo, a presença deles na base impediria a análise do momento da entrada no emprego formal, que é o nosso objetivo. Também não foram considerados na análise os indivíduos que tinham remuneração nula ou não declarada na Rais.

Para o cruzamento das bases do Enade e da Rais, optamos por considerar apenas as informações dos vínculos empregatícios dos profissionais declaradas quatro anos após sua graduação. Essa escolha é justificada por duas razões principais. Primeiro, apesar de haver poucas evidências nacionais nesse sentido, estudos feitos em outros países têm mostrado que os graduados começam a trabalhar em um emprego que corresponde à sua formação somente de três a cinco anos depois de formados. O projeto alemão Kooperationsprojekt Absolventenstudien (KAOB) do International Centre for Higher Edu-

cation Research (INCHER-Kassel) e o francês Observatoire National des Entrées dans la Vie Active adotam quatro anos após a graduação como linha de base para acompanhamento de egressos, enquanto o italiano AlmaLaurea apresenta a situação dos egressos um, três e cinco anos depois da graduação (Paul, 2015). Em segundo lugar, trabalhos nacionais que utilizaram dados de egressos no mercado de trabalho no ano subsequente à graduação obtiveram percentuais consideravelmente baixos de egressos com empregos formais, sobretudo em edições com concluintes de cursos de Saúde (Maciente et al., 2015; Vaz, Vaz, 2019).

Com o critério acima de combinarmos os dados do Enade com as bases da Rais produzidas quatro anos depois, alcançamos percentuais de egressos com emprego formal razoavelmente superiores aos de estudos anteriores. A Tabela 1 mostra quatro informações descritivas: (1) a quantidade de concluintes com identificador válido no Enade em cada edição e área de estudo, (2) o percentual que estes representam no total de egressos no ano, segundo o Censo da Educação Superior do respectivo ano, (3) o percentual de concluintes que realizaram o Enade para o qual foi encontrado um vínculo empregatício quatro anos depois da conclusão do curso, e (4) o salário contratual por hora de trabalho médio. A Tabela 5 do Apêndice apresenta os cursos presentes em cada área de estudo, por edição do Enade.

Tabela 1

Número de Inscritos no Enade 2009-2011, Representatividade destes no Censo da Educação Superior e Situação Empregatícia na Rais 2013-2015

	2009						-
	Total	Ciências Sociais	CTM	Direito	Humanidades	Tecnologias	
Número de concluintes com identificador no Enade	271.115	168.930	367	64.437	8.492	28.893	
Concluintes do censo da educação superior (%)	63	64	56,7	73,6	81,6	42,8	
Concluintes com vínculo empregatício quatro anos após a graduação (%)	63,3	70,6	78,5	41,8	56,4	70,2	
Salário contratual por hora de trabalho (em R\$)	15,1	15,1	21,2	17,4	15,1	11,7	

Tabela 1

Número de Inscritos no Enade 2009-2011, Representatividade destes no Censo da Educação Superior e Situação Empregatícia na Rais 2013-2015 (cont.)

2010							
	Total	CTM	Medi- cina	Saúde e Bem-Est.	Tecnól	-	-
Número de concluintes com identificador no Enade	141.273	13.425	11.377	107.988	8.488		
Concluintes do censo da educação superior (%)	72,2	93,4	87,6	69,7	63,2		
Concluintes com vínculo empregatício quatro anos após a conclusão do curso (%)	60,6	46,9	51	62,9	65,4		
Salário contratual por hora de trabalho (em R\$)	18	19,8	51,5	15,1	10,6		
2011							
	Total	Ciências Sociais	CTM	Edu- cação	Engen.	Human.	Tecnó- logos
Número de concluintes com identificador no Enade	236.671	1.889	26.356	147.614	44.983	2.436	13.370
Concluintes do censo da educação superior (%)	70,6	89,2	65,6	68,3	89,9	51	61,2
Concluintes com vínculo empregatício quatro anos após a conclusão do curso (%)	79,1	51,8	67,5	70,9	64	53,4	74,7
Salário contratual por hora de trabalho (em R\$)	17,6	15,2	19,7	13,4	30	15,5	17,1

Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade e Censos da Educação Superior 2009, 2010 e 2011, e Rais/MTE 2013, 2014 e 2015.

Variáveis dependentes

Operacionalizamos dois tipos de variáveis dependentes: (1) uma variável *dummy* indicando se os egressos tinham ou não um vínculo de emprego formal quatro anos após a graduação; e (2) o logaritmo natural do salário contratual por hora trabalhada no vínculo de emprego principal. Quanto à primeira variável, cabe ressaltar o que equivale a “não possuir um vín-

culo de emprego formal” (quando a variável assume o valor “0”): estão incluídos aqueles graduados que estão fora da força de trabalho, não estão ocupados ou estão ocupados em outras posições, como conta própria, empregados sem carteira assinada ou empregadores. Como apresentamos na seção de Resultados, dados do Censo Demográfico 2010 permitem estimar que esses grupos correspondem, somados, a cerca de um terço da população de graduados com população até 34 anos de idade.

Acompanhando o procedimento feito por Maciente e coautores (2015), o vínculo de emprego principal foi definido como aquele que atendesse, sucessivamente, a três critérios: *i*) apresentar o maior salário contratual por hora trabalhada; *ii*) apresentar a maior remuneração média por hora; e *iii*) apresentar o maior número de horas trabalhadas no ano.

Quanto à identificação e tratamento de valores atípicos (extremos ou *outliers*) dos salários contratuais, o critério utilizado neste artigo teve como referência o procedimento do IBGE para análise da variável de rendimento no Censo demográfico 2010, que classificou valores em seis intervalos interquartílicos acima do terceiro quartil como atípicos e os retirou da análise. Esse critério também foi adotado por Jacomini, Alves e Camargo (2016) e Alves e Sonobe (2018).

Variáveis independentes

As variáveis de desempenho no componente de formação geral e de conhecimento específico do Enade foram divididas em quartis de notas: no primeiro caso, considerando o universo de concluintes; no segundo, apenas aqueles do curso avaliado. Essa decisão se justifica pelo fato de que o desempenho no componente específico da avaliação não é comparável entre as áreas.

Os cursos avaliados no Enade foram agrupados em nove áreas de formação: (1) Ciências Sociais Aplicadas, (2), Ciência, Tecnologia e Matemática (CTM), (3) Direito, (4) Educação, (5) Engenharia (incluindo arquitetura e urbanismo), (6) Humanidades e Letras, (7) Medicina, (8) Saúde e Bem-Estar e (9) Tecnólogos. A agregação utilizada tem como base a literatura que relaciona características das áreas de estudo a resultados no mercado de trabalho, apontando retornos divergentes de acordo com os tipos de habilidades mobilizadas (Van de Werfhorst, Kraaykamp, 2001; Roberg, Helland, 2016 Quadlin, 2017), além dos estudos que apontam diferenciais

sociais e econômicos nas carreiras “imperiais”, justificando a decisão de separar esses cursos dos demais da mesma área de conhecimento (Coelho, 1999; Vargas, 2010; Madalozzo, Artes, 2017).

Por último, foram consultadas como referências adicionais as diretrizes do Enade para a avaliação dos cursos, em que constam os perfis, competências e conteúdo de cada área avaliada. Assim, com as nove áreas de formação, busca-se captar tanto as dimensões da desigualdade entre trabalhadores com ensino superior analisadas na literatura de referência, quanto aspectos da relação entre diplomas e trabalho específicos ao contexto brasileiro. A seguir reportamos os cursos classificados em cada área:

- i. Ciências Sociais Aplicadas (SOC): administração, arquivologia, biblioteconomia, ciências contábeis, ciências econômicas, comunicação social, relações internacionais, secretariado executivo, turismo, ciências sociais, psicologia.
- ii. CTM: agronomia, biologia, computação, estatística, física, matemática, medicina veterinária, química, geografia, zootecnia.
- iii. Direito (DIR): direito.
- iv. Educação (EDU): pedagogia e todas as licenciaturas.
- v. Engenharia (ENG): todas as engenharias, arquitetura e urbanismo.
- vi. Humanidades e Letras (HUM): design, filosofia, história, letras, música, teatro.
- vii. Medicina (MED): medicina.
- viii. Saúde e bem-estar (SAU): biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia, serviço social, terapia ocupacional.
- ix. Tecnólogos (TEC): todos os tecnólogos.

Variáveis de controle

A idade com que os egressos concluíram o ensino superior foi recodificada em três categorias: menos de 25 anos, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. A região do curso seguiu a codificação Norte e Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A variável sexo foi codificada como feminino e masculino. A variável de raça foi codificada como “brancos/amarelos” (brancos e amarelos) e “negros/indígenas” (pretos, pardos e indígenas). A variável de posição socioeconômica das famílias dos egressos foi a escolaridade

dos pais (selecionamos a maior entre pai e mãe) codificada entre menos que ensino médio completo, ensino médio completo e ensino superior ou mais. Também incluímos uma variável categórica informando se o concluinte estava trabalhando em tempo integral, parcial ou se não estava trabalhando no fim da graduação.

De modo a controlar pela qualidade da IES, adicionamos aos modelos as faixas do Índice Geral de Cursos (IGC/Inep), que tiveram como valor de referência as faixas 1 ou 2 no indicador.⁷ Mesmo que este indicador não abrangia o universo das IES, foi mantido no modelo, por implicar na perda de apenas 1% das observações da amostra.

A Tabela 2 apresenta algumas estatísticas descritivas para os indivíduos na amostra de graduados do Enade 2009 a 2011 encontrados na RAIS 2013 a 2015, em cada uma das nove áreas de formação.

Tabela 2

Estatísticas Descritivas por Área de Formação e Setor da IES (em %)

Área de formação	Feminino	Negros/ Indígenas ou mais	Superior ou mais	Até 29 anos	Sudeste	CE: 25% maiores	FG: 25% maiores	Trabalho integral
Ciências Sociais								
Aplicadas								
Privada	61,2	22,0	26,7	87,7	54,7	23,3	19,9	38,8
Pública	58,3	23,7	32,7	92,0	30,8	37,8	28,1	27,6
CTM								
Privada	31,4	23,2	40,1	89,1	59,7	14,4	24,2	39,5
Pública	42,4	26,8	46,0	94,2	36,3	39,5	28,8	10,9
Direito								
Privada	55,9	20,7	40,7	86,6	48,7	22,8	26,1	17,5
Pública	52,0	19,4	46,3	94,1	33,8	50,7	41,8	13,0
Educação								
Privada	76,2	37,3	20,2	75,7	53,0	25,9	27,5	29,4
Pública	68,6	48,9	25,5	85,0	22,7	25,8	29,4	17,7
Engenharia								
Privada	34,2	22,5	50,5	85,6	63,1	17,6	33,0	40,6
Pública	33,9	24,9	65,1	95,1	46,1	36,5	39,8	12,4

Tabela 2

Estatísticas Descritivas por Área de Formação e Setor da IES (em %) (cont.)

Área de formação	Feminino	Negros/ Indígenas ou mais	Superior	Até 29 anos	Sudeste	CE: 25% maiores	FG: 25% maiores	Trabalho integral
Humanidades								
Privada	56,9	14,7	43,0	93,6	72,1	21,9	22,4	20,3
Pública	52,8	26,1	45,5	91,1	45,0	31,9	27,9	10,8
Medicina								
Privada	57,8	14,6	69,8	93,2	68,4	18,4	38,5	0,2
Pública	51,0	24,3	59,8	94,5	32,8	33,6	54,2	0,3
Saúde e Bem-Estar								
Privada	76,7	24,2	27,9	85,5	56,1	23,3	16,3	10,4
Pública	79,2	22,1	30,6	88,5	30,1	39,9	25,0	6,4
Tecnólogos								
Privada	55,2	25,2	18,8	80,4	58,1	24,1	16,7	42,0
Pública	46,1	31,6	30,9	90,7	44,4	28,1	30,9	35,2

Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, RAIS 2013-2015.

Os dados do Enade têm proporção elevada de informações faltantes em algumas das variáveis utilizadas, sobretudo de escolaridade dos pais e cor/raça (em alguns casos, com cerca de um terço de *missing*) (Tabela 3). Para seguirmos a análise sem a perda de informações que a exclusão desses casos implicaria, optamos por imputar os valores das observações faltantes por meio de imputação múltipla utilizando o método Multivariate Imputation by Chained Equations, implementado por meio do pacote “mice” no software R (Buuren, Groothuis-Oudshoorn, 2011). A implementação dessa técnica permitiu a criação de cinco bases de dados completas com valores imputados para as variáveis com informações faltantes. Esses valores foram estimados por meio de modelos específicos utilizando as demais variáveis como preditoras. Em seguida, os modelos estatísticos foram aplicados às bases de dados geradas, sendo os resultados combinados em estimativas médias.

Tabela 3

Percentual de Valores Ausentes por Variável, Área de Formação e Setor da IES

Área de formação	Escolaridade dos pais	Conhecimento específico	Formação geral	Raça/cor	Situação de trabalho
Ciências Sociais					
Aplicadas					
Privada	22,8	--	--	22,7	22,6
Pública	23,6	--	--	24,5	23,4
CTM					
Privada	6,8	1,2	1,2	9,7	6,8
Pública	12,2	2,1	2,1	14,2	12,1
Direito					
Privada	22,7	--	--	22,8	22,4
Pública	26,7	--	--	26,8	26,6
Educação					
Privada	2,5	--	--	3,2	2,7
Pública	3,1	--	--	4,6	3,1
Engenharia					
Privada	1,3	--	--	1,3	1,4
Privada	1,0	--	--	1,1	1,0
Humanidades					
Privada	24,3	--	--	26,2	24,6
Pública	18,3	--	--	23,1	18,8
Medicina					
Privada	16,2	0,9	0,9	16,0	16,1
Privada	21,8	1,4	1,4	21,5	21,6
Saúde e Bem-Estar					
Privada	23,3	6,2	6,2	23,1	23,3
Pública	34,7	7,4	7,4	34,5	34,6
Tecnólogos					
Privada	25,0	2,2	2,2	24,9	24,8
Pública	11,8	2,1	2,1	11,8	11,7

Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Modelos

A análise está organizada em três etapas. Na primeira, descreve-se a inserção profissional dos graduados com educação superior no Brasil utilizando-se as variáveis de situação de ocupação, posição na ocupação e curso superior do Censo Demográfico 2010. Esse exercício de contextualização é importante para entendermos outras formas de atuação de inserção dos egressos, além do trabalho formal, que é o universo coberto pela Rais.

A etapa seguinte é dedicada à análise da situação dos egressos no emprego formal, aplicando modelos de regressão logística aos dados do Enade e Rais, com a variável resposta sendo o binômio “estar empregado formalmente” ($y = 1$) ou “não estar empregado formalmente” ($y = 0$). Os modelos empregados seguem a forma geral abaixo:

$$\text{Log} \left[\frac{\text{Prob}(Y = 1)}{\text{Prob}(Y = 0)} \right] = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \sum \beta_i X_i$$

Em que:

$\text{Log}(\text{Prob}(Y = 1)/\text{Prob}(Y = 0))$ indica o log das chances de estar empregado formalmente, em relação a não estar, dado o desempenho nos componentes de formação geral e específica do Enade, e uma série de outros controles (X_i);

B_1 indica o peso dos conhecimentos específicos do egresso (X_1) na probabilidade de estar formalmente empregado;

B_2 indica o peso dos conhecimentos gerais do egresso (X_1) na probabilidade de estar formalmente empregado;

B_i representa o peso dos demais controles do modelo na probabilidade de estar empregado formalmente, representados pelo vetor X_i , variando de i a n (sexo, cor/raça, região, área de estudo, idade, escolaridade dos pais, experiência de trabalho na graduação, IGC, setor da IES).

Por fim, a terceira etapa consiste na análise dos salários contratuais por hora de trabalho dos vínculos empregatícios principais dos graduados. Para tanto, empregamos modelos de regressão linear MQO com o logaritmo natural dos salários horários como variável dependente, com a mesma especificação dos modelos logísticos. Segue a formalização do modelo:

$$\text{Log}(\text{salario}_{\text{horario}}) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \sum \beta_i X_i$$

Tanto a análise sobre a situação de emprego entre graduados quanto sobre os salários horários entre aqueles que estejam empregados é realizada em dois passos: no primeiro, o modelo considera o universo de graduados, sem distinção de área de estudo; no segundo, os modelos são rodados por área de estudo. Para facilitar a visualização desses últimos modelos, apresentamo-los com base no cálculo dos valores preditos, fixando as covariáveis em suas médias ou valores mais frequentes, que é a forma canônica de estimação de efeitos médios das variáveis independentes de interesse.

Análise e discussão dos resultados

Distribuição dos graduados no mercado de trabalho no Brasil

Uma das principais contribuições da literatura sobre desigualdade nos retornos à educação de nível superior tem sido apontar que os resultados econômicos dos egressos dependem em grande medida da “qualidade” ou do tipo de educação recebida. Assim, antes de passarmos aos resultados dos modelos, descrevemos essa variação entre os graduados, considerando, sobretudo, as diferentes áreas de estudo, que são importante dimensão analítica do nosso estudo. Além disso, como estamos investigando os resultados dos egressos no emprego formal, importa conhecermos o quadro mais abrangente das formas de inserção profissional dos graduados como um todo, incluindo aqueles que não pertencem à nossa amostra, isto é, que não são empregados formais, bem como os rendimentos que alcançam nas várias posições na ocupação.

A Tabela 4 mostra o percentual de graduados que estavam ou não ocupados por área de estudo, e a posição na ocupação no trabalho principal daqueles ocupados em 2010. Em linha com a literatura relevante, observamos percentuais maiores de egressos ocupados entre as áreas de maior retorno econômico ou tecnicamente intensivas (e.g. Jacob, Klein, 2019), como Medicina (87,3%) e Engenharia (86,7%), quando comparadas àquelas de menor retorno, como Humanidades e Artes (83,2%). Em termos de participação dos egressos na força de trabalho e de ocupação, portanto, já conseguimos observar diferenças importantes entre as diferentes áreas da educação superior.

Tabela 4

Distribuição de Graduados por Situação de Ocupação e Posição na Ocupação no Trabalho Principal, por Área de Estudo (Brasil, 2010)

Área de estudo	Situação de ocupação					
	Ocupado	Conta própria	Empregado com carteira	Militar e func. público	Empregado sem carteira	Empregador
Ciências Sociais Aplicadas	87,5	10,1	73,5	5,4	6,7	4,3
CTM	84,6	11,3	62,4	12,4	10,6	3,2
Direito	81,5	29,2	36,3	18,9	11,1	4,5
Educação	86,3	6,1	50,5	26,8	15,5	1,1
Engenharia	86,7	12,6	71,2	5,4	7,3	3,6
Humanidades e Artes	83,2	12,8	53,5	17,8	13,9	2
Medicina	87,3	17,7	44,9	14,8	20,7	1,8
Saúde e Bem-Estar	83	18,2	52,5	12,3	13,8	3,1
Serviços	82,4	11,8	63,7	12,6	8,7	3,2

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração do autor.

Nota: Amostra de indivíduos com idade entre 18 e 34 anos e com nível superior completo. Não é possível separar cursos tecnológicos no Censo Demográfico 2010.

Além de existirem diferenças na condição de atividade e situação de ocupação entre as áreas de formação, encontramos variações bastante expressivas na posição na ocupação entre os graduados das várias áreas de formação. Os egressos que não são empregados formais, estando, portanto, fora da nossa amostra, representam cerca da metade dos ocupados em Direito (44,8%) e Medicina (40,2%), e mesmo nas áreas que apresenta os maiores percentuais de empregados formais, como Ciências Sociais Aplicadas (78,9%) e Educação (77,3%), um em cada cinco graduados estão ocupados de outras formas (sobretudo por conta própria e como empregados sem carteira). Enfatizamos, portanto, dois pontos que nos parecem especialmente importantes para as etapas seguintes da análise: (1) não apenas a inserção no mundo do trabalho como empregado formal apresenta variação substancial entre os egressos das diferentes áreas de estudo da educação superior, como (2) a posição na ocupação dos não empregados formais também difere em grande medida entre as

áreas, com posições que configuram vulnerabilidade ocupacional, como o trabalho informal, sendo mais presentes em áreas tradicionalmente de menor retorno econômico (como Educação e Humanidades e Artes).

Os rendimentos por hora trabalhada no trabalho principal dos graduados da educação superior ocupados refletem o *status* dos diferentes destinos ocupacionais que alcançam ao longo da carreira após a graduação (Tabela 5). Em linhas gerais, observamos, nas diversas áreas, rendimentos maiores nas posições de empregador e conta própria, seguidos dos militares e funcionários públicos, empregados com carteira e, por último, sem carteira. Assim, é importante notarmos que a análise dos empregados formais estará restrita à parcela de ocupados que não está, em geral, entre aqueles com maiores rendimentos médios e cuja participação no total de ocupados varia entre as áreas de estudo dos egressos. Em particular, é digno de nota que os trabalhadores por conta própria, o maior grupo entre os egressos de Direito ocupados, têm rendimentos médios superiores àqueles dos empregados do setor privados, enquanto apenas os funcionários públicos egressos da Engenharia, Direito e Serviços têm rendimentos-horários superiores àqueles trabalhadores por conta própria (perdendo apenas para os empregadores).

Tabela 5

Rendimento no Trabalho Principal por Hora Trabalhada Habitualmente por Semana, por Área de Estudo (Brasil, 2010)

Área de estudo	Conta própria	Empregado formal		Empregado sem carteira	Empregador
		Militar e func. público	Empregado com carteira		
Ciências Sociais Aplicadas	19,8	18,9	14,8	13,0	30,2
CTM	22,1	16,0	15,7	14,2	28,5
Direito	25,7	37,0	20,7	13,9	35,3
Educação	16,8	11,6	10,4	9,2	21,2
Engenharia	23,1	27,1	22,8	16,1	35,5
Humanidades e Artes	19,1	13,4	12,8	11,9	23,5
Medicina	42,1	37,2	36,2	29,4	151,4
Saúde e Bem-Estar	19,5	17,8	13,9	13,5	29,0
Serviços	18,6	24,3	12,8	10,5	27,2

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração do autor.

Nota: Amostra de indivíduos com idade entre 18 e 34 anos e com nível superior completo. Não é possível separar cursos tecnológicos no Censo Demográfico 2010.

Probabilidade de Estar Empregado Formalmente

A Tabela 6 apresenta o modelo completo que utilizamos para estimar a probabilidade de os graduados estarem empregados formalmente quatro anos após a conclusão da educação superior. Como o nosso objetivo é verificar a importância das habilidades adquiridas pelos graduados ao longo da sua formação acadêmica como canais possíveis de ligação entre o diploma de graduação e o emprego formal, concentramo-nos nas variáveis de desempenho nos componentes de formação geral e específica avaliados pelo Enade.

Os resultados apontam para padrões semelhantes para ambos os tipos de habilidade do graduado. Como esperado pela hipótese 1a, a posse de habilidades gerais comuns a todas as áreas de estudo, como leitura e interpretação de texto, argumentação coerente e análise e crítica de informações, está associada a um aumento consistente das chances de entrada no emprego formal, com aqueles no maior quartil de desempenho tendo 8,7% mais chances do que os seus pares do primeiro quartil. Diferentemente do encontrado em estudos realizados em outros contextos (Reimer, Noelke, Kucel, 2008), as evidências indicam que o domínio de conhecimentos específicos à carreira está associado, em média, a um aumento nas chances de possuir um emprego formal, mesmo em um período economicamente adverso, em comparação a estar trabalhando em outras posições ocupacionais (conta própria, empregador ou empregado sem carteira assinada) ou não estar trabalhando.

Considerando que o período coberto pelos dados de emprego utilizados neste estudo inclui o início da recessão econômica de 2015/2016, há indicações de que a qualidade da formação acadêmica amplia as chances de inserção no emprego formal em um contexto econômico adverso, independentemente de características socioeconômicas dos graduados. Entre o final de 2013 e 2014, o número de trabalhadores com educação superior começou a superar a quantidade de vagas de trabalho disponíveis que exigem o diploma de graduação, relação que se manteve invertida desde então (Gerbelli, 2019). Com a crise do mercado de trabalho e sem espaço para absorção em ocupações de nível superior no emprego formal, há evidências de que um número crescente de graduados, sobretudo mais jovens, tenham partido para o trabalho por conta própria, com ou sem registro formal (Lameiras, Vasconcelos, 2018), indicando, de um lado, o reforço de um compo-

nente estrutural do mercado de trabalho brasileiro (Santiago, Vasconcelos, 2017), e, de outro, um quadro de deterioração das condições de inserção profissional dos jovens com educação superior. Assim, em linha com as abordagens de habilidades produtivas e da sinalização, a aquisição de habilidades, gerais ou específicas, ao longo da formação na educação superior pode tornar mais suave a transição dos egressos para o emprego formal, diminuindo as distâncias sociais no acesso a essas posições.

Além dos resultados relativos às habilidades mensuradas, os resultados relativos à origem social dos graduados indicam uma camada adicional para a nossa análise: existem indícios de que uma parcela específica de egressos, composta sobretudo por aqueles provenientes de famílias socialmente privilegiadas e que puderam ser estudantes em tempo integral, são levados a adotar pelo menos duas estratégias na transição para o mercado de trabalho: (1) recusar as oportunidades disponíveis de emprego formal, aderindo a outras formas de trabalho que incluem o trabalho por conta própria e que podem representar oportunidades de retornos superiores ao emprego formal; e (2) seguir para cursos de pós-graduação, com vistas a alcançar vantagens ocupacionais maiores no futuro, adiando assim a entrada no mercado de trabalho (Vieira, 2023).

Esse fato indica por si só que a disjuntiva formal-informal parece não se aplicar aos estratos superiores da força de trabalho, para os quais a condição de autônomo (representado pela velha categoria do profissional liberal) pode ser preferível, seja porque ela de fato representa autonomia sobre o próprio trabalho (não ter patrão), seja porque ela envolve ganhos significativos de ordem tributária (dribla-se o imposto de renda).⁸ No que pesem as particularidades do caso brasileiro, esta hipótese, que é reforçada pelo marcador racial nas chances de emprego formal, encontra ainda semelhanças com achados de outros contextos, ao apontar para a tentativa de grupos socialmente favorecidos assegurarem posições privilegiadas no mercado de trabalho (e.g. Mullen, Goyette, Soares, 2003; Quadlin, 2017; Quadlin, Cohen, Vanheuverlen, 2021).

Tabela 6

Modelo sobre Emprego Formal entre Graduados

	Exp(B)	Erro	Sig.
Intercepto	2,119	0,014	0,000
Masculino	0,872	0,006	0,000
Branco/Amarelo	0,874	0,008	0,000
25-29 anos	0,893	0,007	0,000
30-34 anos	0,750	0,009	0,000
Ensino Médio	0,906	0,009	0,000
Superior ou mais	0,675	0,008	0,000
CE:2ºquartil	1,018	0,009	0,035
CE:3ºquartil	1,021	0,009	0,016
CE:4ºquartil	1,061	0,009	0,000
FG:2ºQuartil	1,017	0,009	0,052
FG:3ºQuartil	1,068	0,009	0,000
FG:4ºQuartil	1,087	0,009	0,000
Trabalha parcial	1,344	0,008	0,000
Trabalha integral	1,945	0,008	0,000
IGC: Faixa 3	0,928	0,008	0,000
IGC: Faixa 4	0,836	0,012	0,000
IGC: Faixa 5	0,732	0,020	0,000
IES Privada	0,837	0,009	0,000
RegiãoCO	1,163	0,011	0,000
RegiãoSul	1,296	0,010	0,000
RegiãoSE	1,422	0,008	0,000

Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Permanece em questão examinar em que medida o comportamento das variáveis de desempenho acadêmico dos graduados varia ou não por área de estudo. Os resultados indicam que o domínio de habilidades gerais favorece a entrada no emprego formal, particularmente, entre os egressos das Ciências Sociais Aplicadas e Educação (Figura 1). Além da relação entre áreas tecnicamente menos intensivas e maiores oportunidades de mobilidade ocupacional, que tem sido encontrada em outros contextos (e.g. Roksa, Levey, 2010) e pode explicar parcialmente esse resultado, a aquisição de habilidades gerais na educação superior⁹

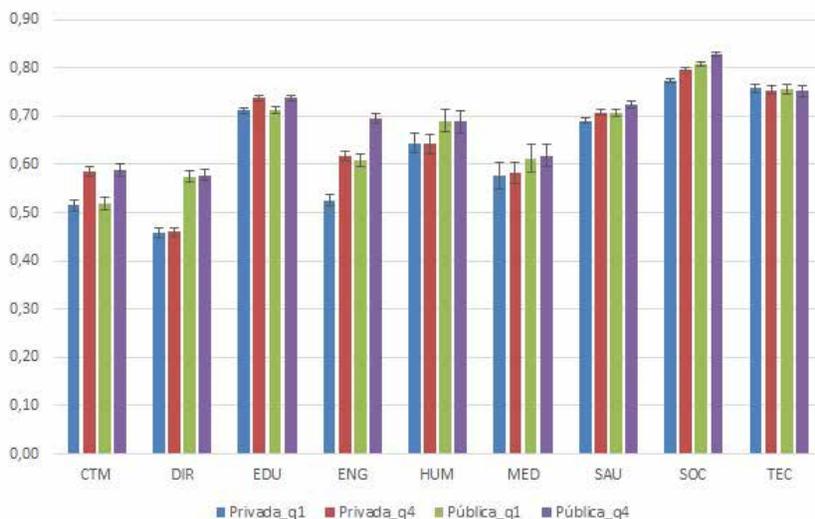
parece colocar os egressos em posição de vantagem na competição pelas vagas de emprego formal, ainda que não sejam em áreas correspondentes. O amplo trânsito de graduados dessas áreas pelo emprego formal, mesmo em períodos de baixa atividade econômica, está refletido ainda no fato de que apresentam os maiores percentuais de empregados formais entre as áreas da educação superior no Brasil (Tabela 4).

No entanto, é inesperado o resultado observado para graduados de Humanidades, para os quais não vimos diferenças estatisticamente significativas nas chances de emprego formal por nível de desempenho em habilidades gerais. Assim como encontrado em outros países, é possível que essas habilidades sejam pouco determinantes para a posição ocupacional desse grupo profissional, cuja parcela expressiva tende a estar trabalhando casualmente ou por conta própria (Bridgstock, 2009). No Brasil, é sintomático desse fenômeno que cerca de um terço dos graduados não estivessem empregados em 2010, proporção inferior apenas aos daqueles das áreas de Saúde e Direito, com participação notoriamente elevada de “profissionais liberais”.

Por outro lado, chama a atenção que concluintes de cursos de Engenharia e Ciências, Tecnologias e Matemática (CTM) que tenham apresentado elevado aprendizado de habilidades gerais estejam entre aqueles mais propensos em suas áreas a ingressarem no emprego formal. Em média, esses concluintes têm probabilidades 8,9 pp. e 7,0 pp. maiores, respectivamente, de estarem empregados, em comparação aos seus pares de baixo aprendizado de habilidades gerais. Considerando-se que o desempenho nesse tipo de habilidades está associado, entre egressos de CTEM no Brasil, ao emprego em ocupações não típicas para a carreira (Vieira, 2023), e que, como veremos, o domínio de habilidades específicas aumenta a sua propensão a não estarem empregados, pode-se assumir que os graduados dessas áreas que participam do emprego formal estejam, em grande medida, disputando vagas que não exigem nível elevado de formação específica.

Figura 1

Probabilidades previstas de estar empregado formalmente por quartil de desempenho no componente de formação geral do Enade, área de estudo e setor da IES



Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Encontramos anteriormente que, em média, concluintes com desempenho elevado em habilidades específicas à sua carreira estão entre aqueles mais propensos a preencherem as vagas de emprego formal disponíveis no período analisado. Podemos ver, agora, que esse padrão se inverte, sobretudo, nas áreas de CTM e, em menor grau, em Engenharia e Medicina. No primeiro caso, os concluintes no último quartil de notas têm probabilidade 16,4 pp. menor de estarem empregados, tanto entre egressos de IES públicas, quanto privadas, enquanto a diferença cai para valores entre 6 e 3 pp. nas duas últimas áreas, respectivamente. As diferenças de probabilidade de estar empregado não são estatisticamente significativas por desempenho entre egressos de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades e são favoráveis para aqueles de notas mais altas em Educação e Direito. Nas demais áreas, as diferenças encontradas caem para cerca de 2 pp. ou menos.

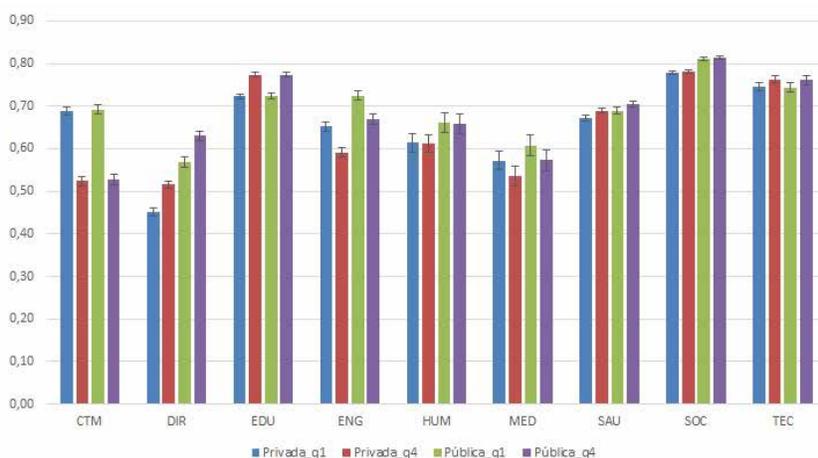
Não obstante os limites já mencionados nos dados utilizados, recorreremos a estudos anteriores sobre as diferentes carreiras de nível superior para avançar em algumas possibilidades de interpretação. O primeiro passo é retomar o contexto do emprego no período analisado, que cobre o início da recessão econômica de 2015/2016, ressaltando variações entre carreiras e setores de atividade. Assim, para analisar o caso dos profissionais de CTM e Engenharia,

importa lembrar que dois dos setores que mais empregam, em termos relativos, graduados dessas áreas – construção e indústria (Nascimento, Maciente, Pereira, 2013) –, lideraram as demissões no período em análise. Em um contexto de baixa atividade entre os principais setores empregadores desse grupo, aqueles graduados melhor qualificados podem recusar a entrada no emprego em posições e salários inferiores, sobretudo em uma área com alternativas em média mais rentáveis, como no caso do trabalho por conta própria (Reimer, Noelke, Kucel, 2008). A preferência pelo trabalho por conta própria ou como empregador, posições que possuem salários médios superiores aos dos empregados formais entre os médicos, também pode explicar parte do resultado para os egressos de Medicina.

Por outro lado, estudo anterior também apontou chances maiores de emprego formal entre graduados de licenciaturas com alto desempenho específico, sobretudo das áreas de Pedagogia e Linguagens, sem que isso indique que estejam sendo direcionados para ocupações correspondentes à formação (Vieira, Paul, Barbosa, 2023). Assim, embora a docência seja uma carreira fortemente caracterizada por assalariamento, é plausível que mesmo graduados qualificados desses cursos, que tradicionalmente transitam por ocupações não típicas (Maciente et al., 2015), tenham continuado a se inserir no emprego formal, mesmo em um contexto de recessão, uma vez que tipicamente conseguem acessar vagas mais atraentes fora da carreira.

Figura 2

Probabilidades previstas de estar empregado formalmente por quartil de desempenho no componente específico do Enade, área de estudo e setor da IES



Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Salário Contratual por Hora Trabalhada no Emprego Principal

A Tabela 7 apresenta os resultados do modelo completo para os salários-horários dos graduados no vínculo empregatício principal. Embora o nosso foco recaia sobre a relação entre as habilidades avaliadas no Enade e os salários, notamos um padrão no que concerne às variáveis de origem social que diverge daquele encontrado para o emprego formal: entre os graduados empregados, aqueles de família mais escolarizada acessam os postos de trabalho com os maiores salários médios. Também observamos vantagens salariais entre homens e graduados brancos, mesmo após considerarmos as habilidades adquiridas ao longo da graduação e a qualidade da IES. Essas evidências se somam às anteriores para indicar a persistência de processos de reprodução social entre graduados no Brasil, o que frustraria a hipótese meritocrática de que o diploma de graduação pode nivelar o campo de jogo no mercado de trabalho (Torche, Ribeiro, 2010; Torche, 2011; Vieira, 2023).

Em relação às habilidades dos graduados, observamos o aumento das vantagens salariais de modo consistente à medida que avançam entre os quartis de desempenho, tanto em habilidades gerais quanto naquelas específicas às carreiras. Portanto, além de os graduados com desempenho elevado em ambas as habilidades terem vantagem na disputa pelas oportunidades de emprego formal também são esses que, uma vez empregados, alcançam os postos de trabalho que melhor remuneram. Consideradas em conjunto, as evidências sugerem que, seja pelo desenvolvimento de competências na graduação ou pela sua sinalização no mercado de trabalho, os graduados mais qualificados são por isso recompensados no início da carreira, em comparação com os seus pares com um menor domínio das habilidades mensuradas.

Tabela 7

Modelo Sobre Salário Contratual por Hora Trabalhada no Vínculo de Emprego Principal

	Exp(B)	Erro	Sig.
Intercepto	6,407	0,009	0,000
Masculino	1,176	0,004	0,000
Branco/Amarelo	1,082	0,005	0,000
25-29 anos	1,042	0,004	0,000
30-34 anos	1,035	0,006	0,000

Tabela 7

Modelo Sobre Salário Contratual por Hora Trabalhada no Vínculo de Emprego Principal (cont.)

	Exp(B)	Erro	Sig.
Ensino Médio	1,066	0,005	0,000
Superior ou mais	1,232	0,005	0,000
CE:2ºquartil	1,027	0,005	0,000
CE:3ºquartil	1,074	0,006	0,000
CE:4ºquartil	1,160	0,006	0,000
FG:2ºQuartil	1,050	0,006	0,000
FG:3ºQuartil	1,094	0,006	0,000
FG:4ºQuartil	1,150	0,006	0,000
Trabalha parcial	0,920	0,005	0,000
Trabalha integral	1,134	0,005	0,000
IGC: Faixa 3	1,068	0,005	0,000
IGC: Faixa 4	1,266	0,008	0,000
IGC: Faixa 5	1,671	0,014	0,000
IES Privada	1,001	0,006	0,838
RegiãoCO	1,072	0,008	0,000
RegiãoSul	0,988	0,007	0,060
RegiãoSE	1,134	0,006	0,000

Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Passemos agora para as variações na relação entre habilidades e salários entre as áreas de estudo e setores da IES. Na direção condizente com a literatura anterior, o desempenho elevado em habilidades gerais não está associado a mudanças salariais nas áreas que mobilizam conhecimentos tecnicamente intensivos, como as áreas de CTM e Engenharias. Entre os médicos, o domínio dessas habilidades está correlacionado até mesmo a uma queda salarial. Ainda conforme antecipado na hipótese 2b, o oposto acontece naquelas áreas relativas a conhecimentos culturais ou sociais, como Educação, Ciências Sociais Aplicadas e Direito (Figura 3).

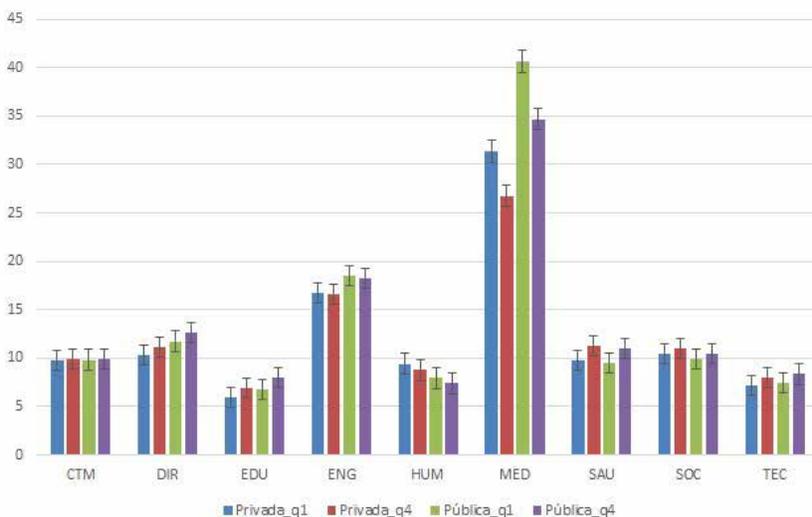
Os casos de Humanidades e demais cursos de Saúde, no entanto, surpreendem as previsões teóricas, de modo que parte da explicação parece estar relacionada a particularidades do mercado de trabalho dessas áreas no Brasil. Propomos duas hipóteses explicativas para o primeiro caso: (1) uma vez

que há mais egressos de Humanidades empregados como técnicos de nível médio ou trabalhadores de serviços (administrativos ou outros), supõe-se que as habilidades gerais avaliadas no Enade não sejam tão relevantes para os salários, quanto para aqueles em ocupações de nível superior ligadas a artes ou ensino; (2) mesmo para os graduados deste último grupo, as habilidades em questão podem não estar entre aquelas mais relevantes para acessar os postos de maior salário, como aquelas presentes em classificações mais abrangentes de habilidades gerais, como criatividade, comunicação, curiosidade, abertura intelectual e outras (Bridgstock, 2009; Clarke, 2018).

Por sua vez, o resultado para os graduados de Saúde e bem-estar pode sinalizar que o caráter “ambicioso” do componente de formação geral, como apontado por Schwartzman (2005), acabe por mensurar, na verdade, habilidades que constituam requisitos correntes da prática profissional de certos grupos, como seriam os casos de “propor soluções para situações-problema” e “projetar ações de intervenção” para profissionais de saúde. Outra possibilidade tem implicações mais gerais: uma vez que a formação geral avaliada pelo Enade esteja correlacionada com a formação prévia dos alunos, o desempenho nesse componente pode estar captando o efeito indireto da origem familiar, que lhes facilitaria, por essa via, o acesso a postos de trabalho melhor remunerados.

Figura 3

Salários-hora preditos por quartil de desempenho no componente de formação geral do Enade, área de estudo e setor da IES



Fonte: Tabulações realizadas pelo Ipea com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

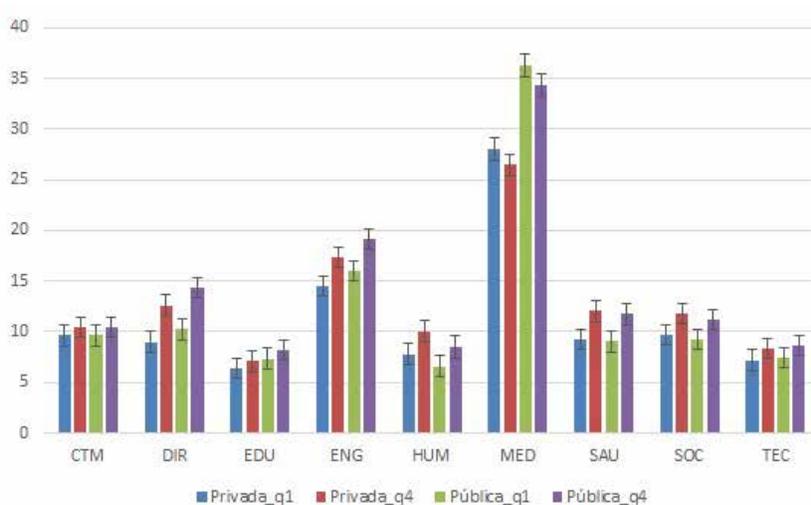
A Figura 4 mostra os salários-hora preditos entre os graduados empregados, por quartil de desempenho no componente específico do Enade, divididos por área de estudo e setor da IES. O domínio de habilidades específicas às carreiras aumenta sistematicamente os salários nas diferentes áreas, mas sem que se observem diferenciais maiores nas áreas consideradas tecnicamente intensivas, como cursos de Saúde, Engenharias e Ciências, Tecnologia e Matemática. Assim, é inesperada a pequena diferença salarial por desempenho específico observada, particularmente, entre os egressos de CTM. De modo análogo ao que foi observado anteriormente para os egressos de Humanidades, uma parcela considerável (cerca de um quarto) dos concluintes dessa área está sobreempregada em postos de técnicos de nível médio ou trabalhadores de serviços (administrativos e outros). Embora essas ocupações tenham salários horários bastante inferiores àquelas de ocupações correspondentes, concentram graduados com desempenho equivalente ou superior em habilidades específicas.

De modo igualmente imprevisto pela teoria, o aprendizado de habilidades específicas em Humanidades aumenta substancialmente o salário dos graduados empregados, sobretudo entre egressos de instituições privadas. Em uma área com forte presença de concluintes sobreempregados em ocupações não correspondentes, com salários notavelmente inferiores aos das carreiras típicas, é possível que o domínio dessas habilidades atue como proteção contra distorções na alocação no emprego formal.

Além de terem os diferenciais salariais elevados pelo aprendizado de habilidades específicas, um grupo de graduados também se beneficia de modo visível da conclusão em IES públicas: aqueles egressos das áreas tradicionalmente fechadas de Medicina, Engenharia e Direito. Em linha com a literatura anterior (Prates, 2007; Prates, Barbosa, 2015; Rodrigues, 2023), o resultado sugere que mecanismos credencialistas, ancorados em pressupostos sociais amplamente difundidos sobre as instituições públicas, majoritariamente universitárias, garantem vantagens entre os grupos profissionais tradicionais no acesso aos postos mais bem pagos. Encontramos pelo menos dois canais possíveis de transmissão de valor para o diploma emitidos pelas IES públicas, em particular nos grupos profissionais caracterizados por um persistente fechamento social: (1) a crença de que oferecem um clima acadêmico propício ao aprendizado de um amplo conjunto de habilidades, atitudes e disposições para o trabalho; (2) o efeito simbólico de *status* que as associa a uma característica relevante do estilo de vida das elites profissionais, que é então recompensada pelos empregadores.

Figura 4

Salários-hora preditos por quartil de desempenho no componente específico do Enade, área de estudo e setor da IES



Fonte: Elaboração própria com base no Enade 2009-2011, Rais 2013-2015.

Considerações finais

Uma literatura substancial tem mostrado como os resultados econômicos alcançados pelos graduados no mercado de trabalho variam entre segmentos da educação superior, como áreas de estudo e tipos de instituições. Enquanto vários estudos têm testado a hipótese de que diferenças na distribuição de habilidades entre graduados importam para explicar variações nos resultados, poucos se dedicaram a examinar como as dimensões qualitativas da educação superior se somam a essas diferenças para condicionar a inserção dos graduados no emprego formal. Neste estudo, utilizamos dados de avaliação de desempenho dos concluintes da educação superior e da sua situação empregatícia quatro anos após a graduação, para fornecer evidências mais diretas sobre as explicações de orientação meritocrática para a destinação ocupacional dos graduados no Brasil.

O nosso primeiro resultado principal é que a importância das habilidades varia de acordo com o tipo de resultado no mercado de trabalho e o segmento da educação superior que é considerado. No que pesem as limitações no instrumento de avaliação do Enade, encontramos evidências de que o domínio tanto das habilidades gerais quanto específicas

mensuradas permitem que os graduados tenham vantagens no acesso às oportunidades de emprego formal, ainda que estas tenham graus variados de correspondência com a sua formação. Como esperado, há indicações de que as primeiras habilidades são ainda mais relevantes nas áreas consideradas menos intensivas tecnicamente, como Ciências Sociais Aplicadas e Educação, enquanto, de forma não antecipada, aqueles melhor qualificados das áreas CTEM parecem decidir por outras posições que não o emprego formal, ou por adiar a entrada no mercado de trabalho.

Em sentido oposto, encontramos que uma parcela específica de egressos, composta sobretudo por aqueles provenientes de origem privilegiada e que puderam ser estudantes em tempo integral, parecem recusar as oportunidades de emprego formal disponíveis. Esse padrão mostra-se com maior força, sobretudo, nas áreas de Ciências, Tecnologia e Matemática, Engenharia e Medicina, o que pode estar relacionado, em particular, nas duas primeiras áreas, à forte recessão observada nos principais setores que os empregam no período analisado.

Este último ponto antecipa um caminho de análise no qual, acreditamos, o nosso estudo permitiu avançar. Apesar das limitações que os dados utilizados nos impõem, encontramos evidências sugestivas de que o quadro de deterioração das condições de inserção dos jovens com educação superior no emprego formal no Brasil, agravado no período em análise, está associado a um fenômeno decisivo para esta agenda de pesquisas: os graduados com origem social privilegiada e elevada qualificação profissional em áreas específicas em termos ocupacionais tendem a permanecer fora do emprego formal em condições de dificuldade de inserção nesse mercado. Em linha com estudo anterior (Vieira, 2023), especulamos em torno de duas explicações para esse resultado: (1) ao recusarem as oportunidades disponíveis na posição de empregado, aderem a outras formas de trabalho, incluindo trabalho por conta própria, o que pode representar oportunidades de ganhos objetivos (e.g. renda) ou subjetivos (e.g. satisfação no trabalho) superiores ao emprego formal; ou (2) continuam os estudos, com vistas a alcançarem vantagens ocupacionais maiores no futuro, adiando assim a entrada no mercado de trabalho.

Ao fim e ao cabo, o resultado acima indica que a disjuntiva formal-informal parece não se aplicar aos estratos superiores da força de trabalho, o que sugere que estratégias de reprodução social são empregadas por esses estratos para assegurarem posições privilegiadas no mercado de trabalho.

Para além da presença no emprego formal, encontramos que as vantagens salariais dos graduados aumentam à medida que avançam na escala de proficiência de ambas as habilidades avaliadas, gerais e específicas às carreiras. Assim, seja pela simples aquisição de competências na graduação ou pela sua sinalização no mercado de trabalho, são os graduados mais qualificados que alcançam os postos que melhor remuneram, o que reforça explicações meritocráticas dos retornos salariais ao diploma. Na direção coerente com a literatura sobre diferenças qualitativas entre carreiras universitárias, as habilidades gerais importam principalmente naquelas áreas relativas a conhecimentos culturais ou sociais, como Educação, Ciências Sociais Aplicadas e Direito, enquanto o domínio de habilidades específicas às carreiras aumenta os salários nas mais distintas áreas, incluindo também as consideradas menos técnicas. Por último, os resultados sugerem que mecanismos credencialistas, ancorados em pressupostos sociais amplamente difundidos sobre as universidades públicas, garantem vantagens entre os graduados das áreas de Medicina, Engenharia e Direito, tradicionalmente fechadas em IES públicas.

Em síntese, portanto, o nosso estudo aponta não apenas para a relevância das habilidades para o destino dos graduados no mercado de trabalho, sobretudo aqueles com menos experiência laboral, mas também como estão relacionadas de modo decisivo com as diferenças qualitativas na educação superior. Assim, em que pese a persistência de desigualdade entre graduados de diferentes estratos sociais, como detalhado em estudo anterior (Vieira, 2023), os resultados encontrados avançam ao indicar o papel que a educação superior pode assumir como veículo de mobilidade. Para além da necessidade de indução da qualidade geral do sistema, os resultados sinalizam a importância de políticas e programas que induzam o acesso e a permanência de estudantes socialmente desfavorecidos, sobretudo os mais jovens, em instituições e cursos que representem ganhos efetivos de valor agregado ao seu desenvolvimento. O estudo também inova ao apontar como as diferentes carreiras de nível superior e tipos institucionais relacionam-se com as habilidades dos graduados na definição dos seus resultados profissionais, o que havia sido apenas esboçado por Vieira (2023).

Os resultados encontrados neste estudo têm implicações para pesquisas futuras sobre os resultados dos graduados no mercado de trabalho e para o debate sobre a sua formação na educação superior. Em primeiro lugar, apontam para a relevância da realização de mensurações de habilidades individuais dos graduados, para além de medidas agregadas de qualidade de cursos ou instituições, para o entendimento das suas trajetórias profissionais. Esse tipo de informação pode subsidiar a tomada de decisão de

diferentes atores sociais, incluindo as próprias instituições de ensino e formuladores de políticas públicas para a educação superior. Esse ponto não implica, entretanto, um endosso ao instrumento de avaliação especificamente utilizada no Enade, uma vez que a sua avaliação não esteve em questão neste estudo. Ainda assim, entendemos que os resultados podem contribuir para discussões sobre aprimoramentos ou reformulações do exame ou propostas de avaliações análogas.

Segundo, assumindo que a relação entre educação e trabalho está condicionada pelos seus arranjos institucionais, uma primeira questão inevitável, do ponto de vista empírico, é se as diferenças observadas nos resultados se devem a fatores não considerados na nossa análise. Como apontado por outros estudos, tanto os distintos pontos de entrada no mercado de trabalho, como as trajetórias ocupacionais dos graduados das diferentes carreiras superiores emergem de uma complexa interação entre múltiplos fatores, incluindo oferta e demanda de habilidades, políticas públicas de educação superior e regulamentação profissional.

Assim, para ficarmos em apenas dois exemplos, é plausível que parte importante das variações de emprego ou salários seja explicada pelo amplo leque de habilidades relevantes (incluindo “não cognitivas”, socioemocionais, sociais etc.) que não estão incluídas na avaliação do Enade. Ao mesmo tempo, ambos os resultados variam sabidamente entre setores de atividade econômica, sobre os quais apenas tangenciamos. Ainda há, portanto, muito que estudos adicionais possam avançar no entendimento de explicações alternativas e esclarecer em que medida fatores da educação superior e do mercado de trabalho contribuem para produzir os resultados ocupacionais dos graduados.

Do ponto de vista analítico, cabe uma questão mais ampla: como a política pública deve pensar a educação superior e a transição dos graduados para o trabalho em um contexto em que os arranjos convencionais de trabalho ou estruturas de carreira “tradicionais”, frequentemente equacionados com o emprego formal, estão se deteriorando? No que se refere à educação superior, os resultados oferecem alguns elementos para o debate sobre a “vocacionalização” do sistema. Embora passos adicionais possam ser dados em próximos estudos, os resultados parecem apontar para que, além das habilidades específicas às carreiras, as habilidades gerais podem ser especialmente benéficas para que graduados de origem familiar desfavorecida possam transitar entre oportunidades mais amplas de acesso ao emprego formal, atuando, portanto, como motores de mobilidade

social. Por outro lado, o debate sobre formação na educação superior não dispensa a importância da institucionalização de políticas públicas que favoreçam a transição dos graduados para o mercado de trabalho, o que pode ser especialmente benéfico para os grupos sociais em desvantagem (Roksa, Levey, 2010).

Encerramos ressaltando a importância de limitações adicionais do nosso estudo. Embora tenhamos analisado o emprego formal entre graduados, este estudo não permite, ao nosso juízo, fazer afirmações sobre “empregabilidade”, conceito que idealmente envolve mais do que o simples acesso ao emprego formal e considera um extenso conjunto de dimensões estruturais do sistema educacional e do mercado de trabalho. Os resultados tampouco apoiam assertivas sobre a contribuição dos cursos ou IES na formação dos graduados, o que requereria dados adicionais e técnicas estatísticas que não utilizamos. A análise sobre emprego e salários com base em mensurações realizadas em apenas um ponto no tempo, que tomamos como indicativas de resultados no início da carreira dos graduados, também é problemática, quando menos, porque podem refletir condições de curto prazo do mercado de trabalho, problema que buscamos minorar na discussão dos resultados.

Além disso, no entanto, há outro ponto fundamental: a educação superior está relacionada a um conjunto de resultados potenciais (econômicos ou não) no mundo do trabalho que é bem mais extenso do que aqueles que consideramos, e que variam tanto ao longo do tempo quanto entre grupos de graduados. Pesquisas futuras podem se beneficiar de outras fontes de dados para oferecer um quadro mais abrangente e matizado de como diferentes tipos de habilidades, cursos e instituições (ou outras segmentações da educação superior) podem estar articulados aos variados destinos ocupacionais dos graduados e às correspondentes oportunidades de mobilidade entre classes.

(Recebido para publicação em 7 de maio de 2022)

(Reapresentado em 25 de março de 2023)

(Reapresentado em 25 de agosto de 2023)

(Aprovado para publicação em 15 de novembro de 2023)

Notas

1. Estudos realizados em sistemas de educação superior de massa têm encontrado evidências contraditórias sobre a capacidade de as credenciais universitárias tornarem a inserção e trajetória profissional dos graduados mais meritocrática (Rivera, 2012, 2015; Torche, 2011; Karlson, 2019).

2. Embora existam variadas formas de classificar as áreas de estudo, baseamo-nos na relação entre áreas e tipos de habilidades proposta por Van de Werfhost e Kraaykamp (2001), e que vem sendo testada por diferentes estudos (e.g. Jacob, Klein, 2019). As áreas que mobilizam recursos técnicos, e que chamamos de tecnicamente intensivas, correspondem àquelas convencionalmente apresentadas sob o rótulo de CTEM, além de cursos de Saúde. Essa classificação permite que analisemos a relação entre a divisão técnico-funcional na educação superior e os resultados dos graduados no emprego formal.
3. Neste estudo, nos concentramos, por uma questão de limitação dos dados utilizados, em um conjunto estreito de habilidades requeridas para o trabalho. Embora formem um importante subconjunto delas, estão longe de compreender o quadro completo do que é exigido do graduado diante da perspectiva de um mundo do trabalho em rápida mudança, o que incluiria habilidades sociais, de gestão da carreira e outras. Para discussões que se aprofundam nesse tema, remetemos o(a) leitor(a) para os trabalhos de Bridgstock (2009) e Clarke (2018).
4. O grau de especificidade ocupacional é usualmente é medido pela proporção de graduados que trabalham em ocupações correspondentes à sua formação. Estudos com dados referentes aos Estados Unidos e países europeus incluem entre as áreas mais específicas aquelas de Saúde e Educação, enquanto Humanidades e grande parte das Ciências Sociais Aplicadas estariam entre as menos específicas (Roksa, Levey, 2010; Jacob, Klein, 2019). Apesar de diferenças metodológicas, um padrão semelhante tem sido encontrado no Brasil (e.g. Vaz, Vaz, 2019).
5. Para o fim de participação no Enade, são adotadas duas definições distintas de concluintes para os cursos de bacharelado e licenciatura e para os cursos superiores de tecnologia. Para os primeiros, são concluintes aqueles que tenham integralizado 80% ou mais da carga horária mínima do currículo do curso definido pela instituição de educação superior ou que tenham previsão de integralização da carga horária do curso até julho do ano subsequente da edição do Enade. Para os cursos de tecnologia, são aqueles que tenham integralizado 75% ou mais da carga horária mínima do currículo do curso ou que tenham previsão de integralização da carga horária do curso até dezembro do ano corrente da edição do Enade. Nos dois casos, os estudantes não devem ter colado grau até o último dia do período de retificação de inscrições no exame.
6. Além desses instrumentos, poderão ser aplicados, a critério do Inep, outros de caráter não obrigatório, incluindo Questionário de Percepção de Prova e Questionário do Coordenador de Curso (MEC, 2018).
7. O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior, sendo uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação das IES. O índice é divulgado em formato contínuo e em cinco faixas, de 1 a 5, sendo a faixa 3 considerada satisfatória para fins de autorização de abertura de cursos de graduação (Inep, 2010).
8. Este ponto foi sugerido por um dos pareceristas.
9. Os dados utilizados não permitem fazer afirmações de que as habilidades dos graduados, em particular, as habilidades gerais, foram adquiridas ao longo da educação superior ou se, em vez disso, já as apresentavam em algum grau quando da entrada no sistema. Como a literatura tem indicado, os graduados das diferentes áreas de estudo diferem nas habilidades que trazem antes de acessarem a educação superior, razão pela qual se diz que a escolha dos cursos é “seletiva” (Bol, Heisig, 2021). Schwartzman (2005) sinalizou o limite dos dados do Enade a esse respeito.

Referências

- Argentin, Gianluca. (2010), “University Pathways and Graduate Labour Market Outcomes in Italy: What Matters Where?”. *Italian Journal of Sociology of Education*, n. 41. Disponível em: http://ijse.padovauniversitypress.it/system/files/papers/2010_2_5.pdf
- Altonji, Joseph; Kahn, Lisa; Speer, Jamin. (2014), “Trends in Earnings Differentials across College Majors and the Changing Task Composition of Jobs”. *American Economic Review*, v. 104, n. 5, pp. 387-393. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/aer.104.5.387>
- Alves, Thiago; Sonobe, Aline. (2018), “Remuneração média como indicador da valorização docente no mercado de trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, pp. 446-476. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144798>
- Amaral, José Luiz Gomes; Pêg-Fernandes, Paulo Manuel; Bibas, Benoit Jacques. (2012), “More doctors: better attention to the population’s health?”. *São Paulo Medical Journal*, v. 130, n. 3, pp. 139-140. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-31802012000300001>
- Arum, Richard; Roksa, Josipa. (2014), *Aspiring Adults Adrift: Tentative Transitions of College Graduates*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bacalhau, Priscilla; Mattos, Enlinson; Ponczek, Vladimir. (2019), “College Quality Signaling and Individual Performance: Effects on Labor Market Outcomes after Graduation”. *Texto Para Discussão FGV/EESP*, v. 502. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br:80/dspace/handle/10438/27446>
- Barone, Carlo; Schindler, Schindler. (2014), “Why Does Field of Study Affect Occupational Attainment? A Theoretical Approach”. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2513906
- Bastos, Ana Paula Barbosa Leite. (2004), *Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Becker, Gary. (2009), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.
- Bills, David B. (2003), “Credentials, Signals, and Screens: Explaining the Relationship Between Schooling and Job Assignment”. *Review of Educational Research*, v. 73, n. 4, pp. 441-449. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/00346543073004441>
- Bol, Thijs et al. (2019), “School-to-Work Linkages, Educational Mismatches, and Labor Market Outcomes”. *American Sociological Review*, v. 84, n. 2, pp. 275-307. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122419836081>
- Bol, Thijs; Heisig, Jan Paul. (2021), “Explaining Wage Differentials by Field of Study among Higher Education Graduates: Evidence from a Large-scale Survey of Adult Skills”. *Social Science Research*, v. 99. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2021.102594>
- Bol, Thijs; Van de Werfhorst, Herman. (2011), “Signals and Closure by Degrees: The Education Effect across 15 European Countries”. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 29, n. 1, pp. 119-132. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.12.002>
- Boydadjieva, Pepka; Ilieva-Trichkova, Petya. (2015), “Institutional Diversity and Graduate Employability”, in Rosalind M. O. Pritchard; Matthias Klumpp; Ulrich Teichler (org.), *Diversity and Excellence in Higher Education*. Rotterdam: Sense Publishers, pp. 153-171.

- Braga, Daniel Santos et al. (2022), “Empregabilidade e destino ocupacional de egressos da educação superior: uma revisão da literatura”. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 27, pp. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v27e2022a5382>
- Brasil. (2004), “Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm
- Breen, Richard; Hannan, Damian; O’Leary, Richard. (1995), “Returns to Education: Taking Account of Employers’ Perceptions and Use of Educational Credentials”. *European Sociological Review*, v. 11, n. 1, pp. 59-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.esr.a036349>
- Bridgstock, Ruth. (2009), “The Graduate Attributes We’ve Overlooked: Enhancing Graduate Employability through Career Management Skills”. *Higher Education Research & Development*, v. 28, n. 1, pp. 31-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07294360802444347>
- Buuren, Stef Van; Groothuis-Oudshoorn, Karin. (2011), “Mice: Multivariate Imputation by Chained Equations in R”. *Journal of Statistical Software*, v. 45, n. 1, pp. 1-67. Disponível em: <https://doi.org/10.18637/jss.v045.i03>
- Card, David. (1999), “The Causal Effect of Education on Earnings”, in Orley Ashenfelter; David Card (org.), *Handbook of Labor Economics*. New York: North Holland, pp. 1802-1863.
- Carvalhoes, Flavio; Ribeiro, Carlos Antonio Costa. (2019), “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional”. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, pp. 195-233. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>
- Caseiro, Luiz Carlos Zalaf; Maciente, Aguinaldo Nogueira. (2019), “Estratificação horizontal da educação superior e inserção no mercado formal de trabalho dos recém-egressos dos cursos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM)”. *43º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu: Anpocs. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg29-3/11993-estratificacao-horizontal-da-educacao-superior-e-insercao-no-mercado-formal-de-trabalho-dos-recem-egressos-dos-cursos-de-ciencias-tecnologia-engenharia-e-matematica-ctem>
- Clarke, Marilyn. (2018), “Rethinking graduate employability: The role of capital, individual attributes and context”. *Studies in Higher Education*, v. 43, n. 11, pp. 1923-1937. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03075079.2017.1294152>
- Coelho, Edmundo C. (1999), *As profissões imperiais: Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. São Paulo: Editora Record.
- Coleman, James S. (1991), “Matching Processes in the Labor Market”. *Acta Sociologica*, v. 34, n. 1, pp. 3-12. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4194702>
- Collins, Randall. (1979), *The Credential Society: an Historical Sociology of Education and Stratification*. New York: Academic Press.
- Corseuil, Carlos Henrique; Santos, Daniel. (2002), *Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira*. Texto de Discussão, n. 885. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2730>
- Di Stasio, Valentina. (2014), *Why Education Matters to Employers: a Vignette Study in Italy, England and the Netherlands*. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam.

Habilidades, Emprego e Salários de Graduados da Educação Superior no Brasil

- Di Stasio, Valentina; Van de Werfhorst, Herman. (2016), “Why Does Education Matter to Employers in Different Institutional Contexts? A Vignette Study in England and the Netherlands”. *Social Forces*, v. 95, n. 1, pp. 77-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/sow027>
- Fernandes, Reynaldo; Narita, Renata del Tedesco. (2001), “Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil”. *Economia Aplicada*, v. 5, n. 1, pp. 7-32. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001236123>
- Gavras, Douglas; Vieceli, Leonardo. (19 fev. 2022), “Diplomados que trabalham por conta própria são recorde”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/diplomados-que-trabalham-por-counta-propria-sao-recorde.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- Gerbelli, Luiz Guilherme. (06 dez. 2019), “Quase 4 milhões de trabalhadores com ensino superior não têm empregado de alta qualificação”. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/12/06/quase-4-milhoes-de-trabalhadores-com-ensino-superior-nao-tem-emprego-de-alta-qualificacao.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- Gerber, Theodore. P.; Cheung, Sin Yi. (2008), “Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications”. *Annual Review of Sociology*, v. 34, n. 1, pp. 299-318. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134604>
- Goldin, Claudia; Katz, Lawrence. (2008), *The Race between Education and Technology*. Cambridge, Harvard University Press.
- Goldthorpe, John H. (2014), “The role of education in intergenerational social mobility: Problems from empirical research in sociology and some theoretical pointers from economics”. *Rationality and Society*, v. 26, n. 3, pp. 265-289. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1043463113519068>
- Hastings, Justine; Neilson, Christopher; Zimmerman, Seth. (2013), “Are Some Degrees Worth More than Others? Evidence from college admission cutoffs in Chile”. NBER Working Paper, n. 19241. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19241>
- IBGE. (2020), “Rendimento de todas as fontes 2019”. Brasília, IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018), “Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018”. Rio de Janeiro, IBGE.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010), “Índice Geral de Curso (IGC)”. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2010/Nota_Tecnica_IGC_2010.pdf
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2011), “Portaria Inep nº 188 de 12 de julho de 2011”. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-portaria-inep-n-1882011.pdf>
- Jacob, Marita; Klein, Marcus. (2019), “Social Origin, Field of Study and Graduates’ Career Progression: Does Social Inequality Vary across Fields?”. *The British Journal of Sociology*, v. 70, n. 5, pp. 1850-1873. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12696>
- Jacomini, Marcia; Alves, Thiago; Camargo, Rubens Barbosa de. (2016), “Remuneração docente: desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da Meta 17 do Plano Nacional de Educação”. *Education Policy Analysis Archives*, v. 24, pp. 1-32. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275043450073>

- Karlson, Kristian Bernt. (2019), “College as Equalizer? Testing the Selectivity Hypothesis”. *Social Science Research*, v. 80, pp. 216-229. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.12.001>
- Katz, Lawrence; Autor, David. (1999), “Changes in the Wage Structure and Earnings Inequality”, in Orley Ashenfelter; David Card (org.), *Handbook of Labor Economics*. New York: North Holland.
- Knop, Márcia; Collares, Ana Cristina Murta. (2019), “A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior”. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 2, pp. 351-380. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934020001>
- Lameiras, Maria Andreia Parente; Vasconcelos, Leonardo Siqueira. (2018), “A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho”. *Carta de Conjuntura*, n. 41, pp. 1-7. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181211_cc41_notas_tecnica_mercado_de_trabalho.pdf
- Lima, Bianca; Gerbelli, Luiz Guilherme. (11 ago. 2020), “No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado”. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/08/11/no-brasil-40percent-dos-jovens-com-ensino-superior-nao-tem-emprego-qualificado.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- Maciente, Aguinaldo Nogueira et al. (2015), “A inserção de recém-graduados em engenharias, medicina e licenciaturas no mercado de trabalho formal”. *Radar*, n. 38. Rio de Janeiro: Ipea.
- Madalozzo, Regina; Artes, Rinaldo. (2017), “Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, pp. 1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143666>
- Martins, Felipe dos Santos; Machado, Danielle Carusi. (2018), “Uma análise da escolha do curso superior no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 1, pp. 1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0056>
- MEC. Ministério da Educação. (2018), Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/portaria_normativa_GM-MEC_n840_de_24082018.pdf
- Menezes Filho, Naercio. (2012), “Apagão de mão de obra qualificada? As profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010”. *Policy Paper*, n. 4. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Apaga%CC%83o-de-ma%CC%83o-de-obra-qualificada.pdf>
- Menezes Filho, Naercio. (25 abr. 2022), *Ensino médio ou superior?*. Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/ensino-medio-ou-superior.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- Mullen, Ann; Goyette, Kimberly; Soares, Joseph. (2003), “Who Goes to Graduate School? Social and Academic Correlates of Educational Continuation after College”. *Sociology of Education*, v. 76, n. 2, pp. 143-169. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3090274>
- Nascimento, Paulo A. Meyer M. (2012), Demanda por Trabalho Qualificado em Design e Engenharia nas Oito Maiores Regiões Metropolitanas do Brasil. *Radar*, n. 23. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4112>
- Nascimento, Paulo A. Meyer M.; Maciente, Aguinaldo Nogueira; Pereira, Rafael Henrique Moraes. (2013), “A inserção profissional do pessoal técnico-científico

Habilidades, Emprego e Salários de Graduados da Educação Superior no Brasil

- de nível superior". *Radar*, n. 30, pp. 7-17. Disponível em: <https://radar.ipea.gov.br/?p=2221>
- Negri, João Alberto de et al. (2001), "Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD". *Texto de Discussão*, n. 840. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2155>
- Neri, Marcelo. (2013), "Escolhas universitárias e performance trabalhista". *Radar*, n. 27. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4044>
- Nogueira, Mauro Oddo; Carvalho, Sandro Sacchet. (2021), "Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos". *Texto Para Discussão*, v. 2707. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948>
- OECD. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2018), "Rethinking Quality Assurance for Higher Education in Brazil". Paris: OECD.
- Parkin, Frank. (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. London: Tavistock.
- Paul, Jean-Jacques. (2015), "Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior: experiência brasileira e internacional". *Caderno CRH*, v. 28, n. 74, pp. 309-326. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005>
- Prates, Antônio Augusto Pereira. (2007), "Universidades VS terciarização do ensino superior: A lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro". *Sociologias*, v. 9, n. 17, pp. 102-123. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100005>
- es, Antonio Augusto Pereira; Barbosa, Maria Ligia de Oliveira. (2015), "A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil". *Caderno CRH*, v. 28, n. 74, pp. 327-339. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200006>
- Quadlin, Natasha. (2017), "Funding Sources, Family Income, and Fields of Study in College". *Social Forces*, v. 96, n. 1, pp. 91-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/sox042>
- Quadlin, Natasha; Cohen, Emma; Vanheuverlen, Tom. (2021), "Same Major, Same Economic Returns? College Selectivity and Earnings Inequality in Young Adulthood". *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 75, pp. 1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2021.100647>
- Reimer, David; Noelke, Clemens; Kucel, Aleksander. (2008), "Labor Market Effects of Field of Study in Comparative Perspective: An Analysis of 22 European Countries". *International Journal of Comparative Sociology*, v. 49, n. 4, pp. 233-256. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020715208093076>
- Reis, Maurício Cortez; Machado, Danielle Carusi. (2016), *Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. Economia Aplicada*, v. 20, n. 4, pp. 415-439. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea140616>
- Ribeiro, Carlos Antonio Costa; Schlegel, Rogerio. (2015), "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010)", in Marta Arretche (org.), *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 133-162.
- Ribeiro, Felipe Garcia et al. (2021), "Diplomados, mas desinteressados pelo mercado de trabalho ou desempregados: A geração 3D". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 2021, v. 51, n. 01, pp. 51-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/ppe51n1art2>

- Rodrigues, Leonardo. (2023), “Estratificação horizontal do ensino superior brasileiro e as profissões imperiais: os concluintes de medicina, engenharia e direito entre 2009 e 2017”. *Dados*, v. 67, n. 1, pp. 1-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.312>
- Roksa, Josipa; Levey, Tania. (2010), “What Can You Do with That Degree? College Major and Occupational Status of College Graduates over Time”. *Social Forces*, v. 89, n. 2, pp. 389-415. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sof.2010.0085>
- Salata, André. (2018), “Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?”. *Tempo Social*, v. 30, n. 2, pp. 219-253. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>
- Santiago, Carlos Eduardo Pinto; Vasconcelos, Ana Maria Nogales. (2017), “Do catador ao doutor: Um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil”. *Nova Economia*, v. 27, pp. 213-246. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2588>
- Schwartzman, Simon. (2005), *O enigma do Enade*. Rio de Janeiro: IETS.
- Shavit, Yossi; Muller, Walter. (2000), “Vocational secondary education, tracking, and social stratification”, in Maureen T. Hallinan (org.), *Handbook of the sociology of education*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 437-452.
- Spence, Michael. (1973), “Job Market Signaling”. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 87, n. 3, pp. 355-374. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1882010>
- Suleman, Fátima. (2018), “The Employability Skills of Higher Education Graduates: Insights into Conceptual Frameworks and Methodological Options”. *Higher Education*, v. 76, n. 2, pp. 263-278. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-017-0207-0>
- Torche, Florencia. (2011), “Is a College Degree Still the Great Equalizer? Intergenerational Mobility across Levels of Schooling in the United States”. *American Journal of Sociology*, v. 117, n. 3, pp. 763-807. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/661904>
- Torche, Florencia; Ribeiro, Carlos Antonio Costa. (2010), “Pathways of Change in Social Mobility: Industrialization, Education and Growing Fluidity in Brazil”. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 28, n. 3, pp. 291-307. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0276562410000284>
- Thurow, Lester C. (1975), *Generating inequality*. New York: Basic Books.
- Van de Werfhorst, Herman. (2011), “Skills, Positional Good or Social Closure? The Role of Education across Structural-Institutional Labour Market Settings”. *Journal of Education and Work*, v. 24, n. 5, pp. 521-548. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13639080.2011.586994>
- Van de Werfhorst, Herman; Kraaykamp, Gerbert. (2001), “Four Field-Related Educational Resources and Their Impact on Labor, Consumption, and Sociopolitical Orientation”. *Sociology of Education*, v. 74, n. 4, pp. 296-317. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2673137>
- Vargas, Hustana Maria. (2008), *Represando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior*. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vargas, Hustana Maria. (2010), “Sem perder a majestade: ‘profissões imperiais’ no Brasil”. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, pp. 107-124. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>

Habilidades, Emprego e Salários de Graduados da Educação Superior no Brasil

- Vaz, Katia Cristina da Silva; Vaz, Fabio, Monteiro. (2019), "Inserção profissional dos jovens concluintes da educação superior. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia". Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sociologia.
- Vieira, André de Holanda Padilha. (2021), "Estratificação no ensino superior e ingresso no mercado de trabalho no Brasil, 2009-2015". Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vieira, André de Holanda Padilha. (2023), "Desigualdades sociais na entrada no emprego formal entre graduados da educação superior". *Tempo Social*, v. 35, n. 1, pp. 131-161. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.200986>
- Vieira, André de Holanda Padilha; Honorato, Gabriela; Rodrigues, Leonardo. (2022), "Educação superior e resultados no mercado de trabalho no Brasil: uma revisão da literatura e dos dados disponíveis". *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 10, n. 25, pp. 193-218. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.879>
- Vieira, André de Holanda Padilha; Paul, Jean-Jacques; Barbosa, Maria Ligia de Oliveira. (2023), "A entrada dos egressos de licenciaturas da educação superior na docência". *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 28, pp. 1-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100006>.
- Vieira, Roberta; Servo, Luciana. (2014), "Escassez de médicos no Brasil: análise de alguns indicadores econômicos". *Radar*, n. 32. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11723>
- Zuccarelli, Carolina. (2021), "Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho". *EccoS – Revista Científica*, v. 57, pp. 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10782>